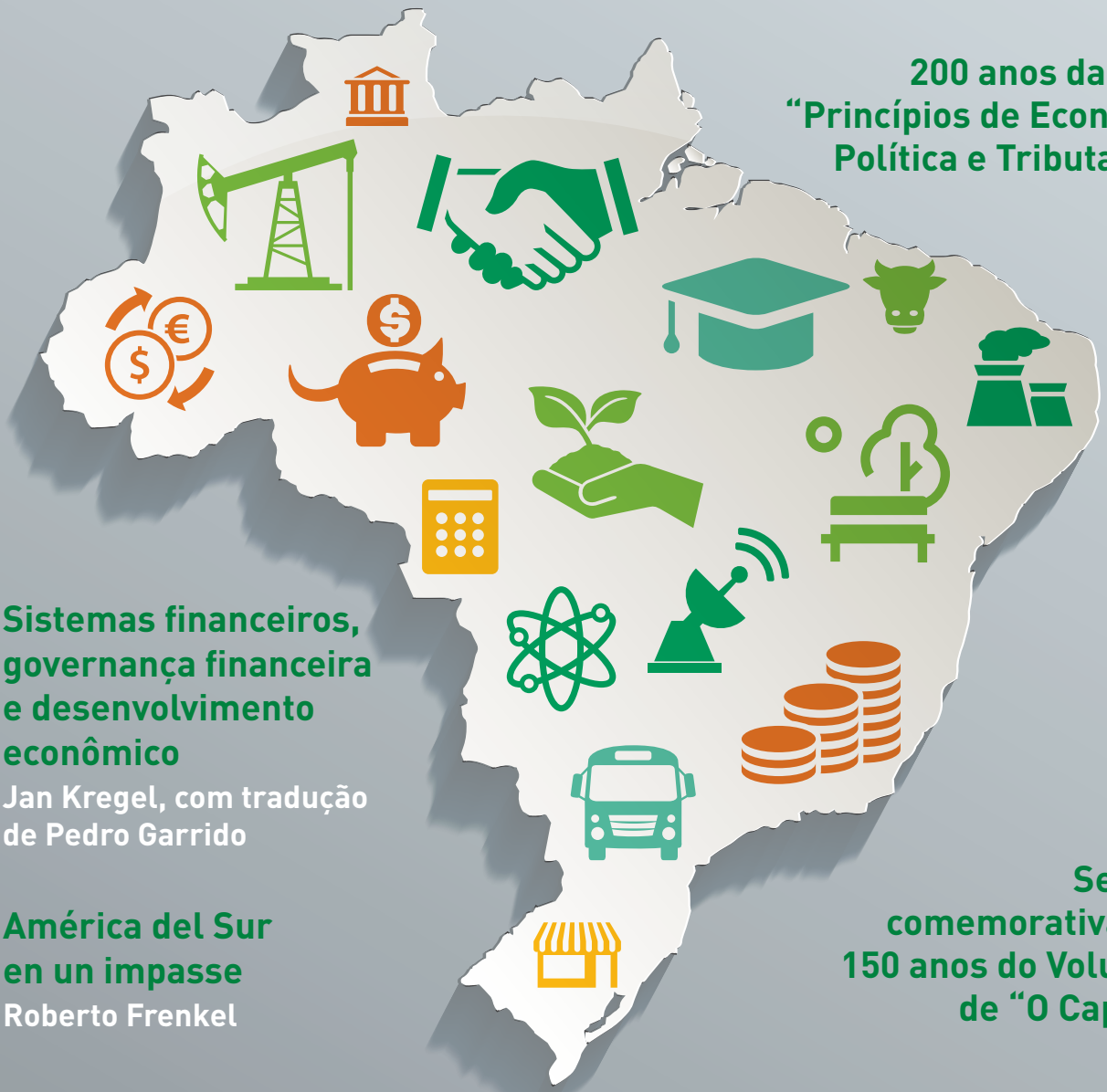
Revista do Conselho Federal de Economia – COFECON

Ano VII - Nº 25 - Julho a Setembro de 2017

ECONOMISTAS

XXII Congresso Brasileiro de Economia será realizado de 6 a 8 de setembro em Belo Horizonte.

Desenvolvimento econômico, justiça social e democracia: bases para um Brasil contemporâneo.



200 anos da obra "Princípios de Economia Política e Tributação"

Sistemas financeiros, governança financeira e desenvolvimento econômico

Jan Kregel, com tradução de Pedro Garrido

América del Sur en un impasse

Roberto Frenkel

Sessão comemorativa aos 150 anos do Volume I de "O Capital"

www.cofecon.gov.br

COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

EXPEDIENTE

PRESIDENTE
Júlio Miragaya

VICE-PRESIDENTE
Nei Jorge Correia Cardim

CONSELHEIROS EFETIVOS
Antonio Melki Junior
Bianca Lopes de Andrade Rodrigues
Denise Kassama Franco do Amaral
Eduardo José Monteiro da Costa
Felipe Macedo de Holanda
Henri Wolf Bejzman
Jin Whan Oh
Júlio Flávio Gameiro Miragaya
Nei Jorge Correia Cardim
Nelson Pamplona da Rosa
Paulo Brasil Corrêa de Melo
Paulo Hermance Paiva
Paulo Salvatore Ponzini
Pedro Andrade de Oliveira
Róridan Penido Duarte
Sérgio Guimarães Hardy
Waldir Pereira Gomes
Wellington Leonardo da Silva

CONSELHEIROS SUPLENTES
Arthur Nemrod Menezes Guimarães
Carlos Alberto Safatle
Eduardo Rodrigues da Silva
Evaldo Silva
Fernando da Silva Ramos Filho
Fernando de Aquino Fonseca Neto
Henrique Jorge Medeiros Marinho
Lourival Batista de Oliveira Júnior
Marcelo Pereira Fernandes
Maria de Fátima Miranda
Maria do Socorro Erculano de Lima
Maurílio Procópio Gomes
Paulo Roberto Polli Lobo
Regina Lúcia Gadioli dos Santos
Ricardo Valério Costa Menezes
Sebastião Demuner
Wilson Roberto Villas Boas Anuntes

CONSELHO EDITORIAL
Júlio Miragaya
Nei Jorge Correia Cardim
Róridan Penido Duarte
Denise Kassama Franco do Amaral
Waldir Pereira Gomes
Eduardo José Monteiro da Costa
Antonio Correa de Lacerda
Dércio Garcia de Munhoz
José Luiz Pagnusat
Luiz Carlos Thadeu Delorme Prado
Sidney Pascoutto da Rocha
Jin Whan Oh
Wellington Leonardo da Silva
Luiz Alberto de Souza Aranha Machado

COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO
Waldir Pereira Gomes (Coordenador)
Denise Kassama Franco do Amaral
Gilson Lima Garófalo
Jin Whan Oh
Júlio Miragaya
Maria do Socorro Erculano de Lima
Wellington Leonardo da Silva

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
Natália Kenupp – Assessora de Imprensa
Manoel Castanho – Jornalista
Júlio Poloni – Jornalista

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO
Lume Comunicação

IMPRESSÃO
Gráfica e editora Qualytá Ltda

TIRAGEM
6.000 exemplares
ISSN 2446-929

SUMÁRIO

NOTA DO COFECON AO CONGRESSO NACIONAL – A IMPORTÂNCIA DA REGULAMENTAÇÃO DAS COMPENSAÇÕES AOS ESTADOS PELAS PERDAS COM A LEI KANDIR. 5

NOTA DO COFECON SOBRE POLÍTICA INDUSTRIAL E DE INOVAÇÃO. 7

BH RECEBE XXII CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA 9

SISTEMAS FINANCEIROS, GOVERNANÇA FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
Jan Kregel, com tradução de Pedro Garrido 13

AMÉRICA DEL SUR EN UN IMPASSE | *Roberto Frenkel.* 19

TEORIAS DE RICARDO SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NACIONAL E OS EFEITOS DA "SUBSTITUIÇÃO DO TRABALHO HUMANO POR MAQUINARIA" | *Luiz Antônio Macedo* 23

RECESSÃO, IMPACTO SOCIAL E CONSEQUÊNCIAS PARA A POLÍTICA NO BRASIL ATUAL | *Márcio Pochmann.* 32

O CRESCIMENTO, A POLÍTICA ECONÔMICA E A REFORMA TRIBUTÁRIA | *Fabrício Augusto.* 39

PARA ONDE VAI A ECONOMIA BRASILEIRA?
Roberto Castello Branco 44

BRASIL, ROTEIRO PARA PRINCIPIANTES
Luis Paulo Rosenberg e Leonardo França Costa 48

UMA PROPOSIÇÃO DE POLÍTICA MACROECONÔMICA PARA A ECONOMIA BRASILEIRA | *Fernando Ferrari* 52

UMA PREVIDÊNCIA SOCIAL PARA POUCOS
Rosa Maria Marques 57

XXXII CONGRESSO DA ANGE 61

ENECO REUNIU CENTENAS DE ESTUDANTES EM GOIÁS 62

#DESAFIO ENVOLVE CENTENAS DE ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO 63

ELEIÇÕES 2017: VOTAÇÃO ELETRÔNICA OCORRERÁ EM TODO O PAÍS 66

NOVOS LIVROS – LOMBARD STREET: A DESCRIPTION OF THE MONEY MARKEY | *Roberto Luis Troster* 67

NOVOS LIVROS – DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO EM DEBATE
Antônio Correa de Lacerda 69

As ideias e informações contidas nos artigos publicados nesta revista são de responsabilidade de cada autor, não devendo ser interpretadas como endossadas ou refletindo o pensamento do Conselho Federal de Economia.

JÚLIO MIRAGAYA | PRESIDENTE

EDITORIAL

O sistema Cofecon/Corecons está realizando neste mês de setembro o 22º Congresso Brasileiro de Economia (CBE) na capital de Minas Gerais, Belo Horizonte. São aguardados mais de 1,2 mil congressistas, entre economistas, acadêmicos, painelistas, empresários e profissionais de outras categorias, que vão poder usufruir de duas palestras magnas e outras 23 mesas de debates.

Destaques para as conferências de dois mundialmente conceituados doutores, Jan Kregel, do Levy Economics Institute, nos Estados Unidos, e Roberto Frenkel, do Centro de Estudos de Estado e Sociedade (CEDES), na Argentina. Destaque também para a sessão especial em comemoração aos 200 anos da publicação de Princípios da Economia Política e Tributação, de David Ricardo, e aos 150 anos da publicação do volume I de O Capital, de Karl Marx, dois dos mais brilhantes e influentes economistas da história.

O 22º CBE ocorrerá num período em que o Brasil atravessa uma de suas mais graves crises social, econômica e política. A rejeição da denúncia da PGR pela Câmara dos Deputados revela a disposição de uma maioria parlamentar, representante dos interesses das elites empresariais conservadoras, perpetrar o desmonte dos direitos sociais e dos serviços públicos, sustando o processo de inclusão social que estava em curso no país desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, assim como promover a privatização das empresas públicas, levando a consequente desnacionalização e enfraquecimento da economia nacional.

Dessa forma, Petrobras, Eletrobrás, Cemig e Cedae, na área de energia e saneamento; Banco do Brasil, Caixa e BNDES, na área financeira; além de outras empresas públicas, enxugam seus quadros, vendem ativos e abrem espaços para empresas privadas estrangeiras. O mesmo ocorre em áreas de prevalência do setor privado nacional, como de construção, concessão de portos, aeroportos e rodovias, além de outros. O processo de privatização e desnacionalização segue em ritmo acelerado.

É preciso um Estado que atenda seus cidadãos, principalmente os mais vulneráveis. Foi este o propósito da Constituição Federal de 1988. Urge a mudança do modelo tributário, tornando-o progressivo, reduzindo a carga de tributos sobre o consumo e a produção e aumentando sobre a riqueza e a renda do capital, fartamente isentas. Deve-se também reduzir a transferência de renda pública para os que estão no topo da pirâmide social, na forma de juros da dívida pública, subsídios e renúncia fiscal de toda sorte.

O 22º CBE é uma oportunidade ímpar para os economistas brasileiros aprofundarem o debate sobre os problemas que assolam nossa economia e tanto afligem nossa sociedade. E esta edição de "Economistas" traz um conjunto de artigos de alguns dos principais palestrantes do CBE, sobre os mais variados temas. Boa leitura.

ELEIÇÕES 2017
#VotaEconomista

Vamos eleger um terço dos conselheiros efetivos e suplentes dos Conselhos Regionais de Economia, além de delegados eleitores efetivo e suplente para as eleições do Cofecon.

Participe e exerça o direito ao voto!

30 e 31 de outubro*
votaeconomista.org.br

***De 8h do dia 30 às 20h do dia 31 - horário de Brasília.**

Realização

COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOM
SISTEMA COFECON/CORECONs

Nota do
COFECON

AO CONGRESSO NACIONAL

A IMPORTÂNCIA DA REGULAMENTAÇÃO DAS COMPENSAÇÕES AOS ESTADOS PELAS PERDAS COM A LEI KANDIR

O Conselho Federal de Economia (COFECON) vem por meio deste manifesto se posicionar publicamente solicitando prioridade ao Congresso Nacional na tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 221/1998, que corrige a omissão legislativa no tocante às compensações pelas perdas de arrecadação dos estados brasileiros com a Lei nº 87/1996, conhecida amplamente como Lei Kandir.

O Brasil passa por uma grave crise, não se tratando somente de uma crise de caráter macroeconômico ou mesmo política. É, também, uma crise federativa na qual estados e municípios apresentam grave situação de estrangulamento fiscal, o que vem impactando fortemente as suas capacidades de promoção e gestão de políticas públicas. Não restam dúvidas de que as contradições do atual arranjo federativo brasileiro estão na raiz da agudização das desigualdades sociais e regionais. Um novo arranjo precisa ser construído e materializado efetivamente como um "Pacto Federativo", solidificado em novas bases. O ideal é que esta construção ocorra no bojo de uma séria e profunda Reforma Tributária, capaz de discutir com profundidade competências e fontes de arrecadação de cada nível de governo, bem como a lógica tributária de forma transescalar, alterando o status quo e envolvendo elementos que dialoguem com justiça tributária.

Um novo arranjo precisa ser construído e materializado efetivamente como um "Pacto Federativo", solidificado em novas bases

Em um contexto mais específico, a não regulamentação do Anexo da Lei Complementar nº 87/1996 – que deveria arbitrar critérios de compensação das perdas dos estados exportadores de bens primários e semielaborados em decorrência da desoneração da cobrança do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) – se expressa como um forte exemplo de injustiça federativa imposta aos estados brasileiros, principalmente por prejudicar fortemente as suas capacidades arrecadatórias, bem como, no limite, as suas possibilidades de execução de políticas públicas.

No último mês de junho a Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA), órgão de pesquisa do Governo do Estado do Pará, suprimiu a inexistên-

cia de dados para o debate ao lançar a Nota Técnica "O Impacto da Lei Kandir na Arrecadação do ICMS dos Estados de 1997 a 2016: Estimativa das perdas com as desonerações das exportações de produtos básicos e semielaborados". Este estudo destaca que no período entre 1997 e 2016 as perdas acumuladas e corrigidas dos estados atingiram o montante de R$ 268,9 bilhões; somente no ano de 2016 os estados brasileiros lograram uma perda líquida de R$ 25 bilhões.

A omissão legislativa e a mora aos estados foi confirmada em novembro do ano de 2016 pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que determinou que o Congresso Nacional, no prazo máximo de um ano, estabeleça Lei Complementar prevista no art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) com um intuito de instituir um regramento adequado de compensação. Este fato motivou a criação de uma comissão especial mista na Câmara dos Deputados para analisar propostas de alteração da Lei Kandir com base no Projeto de Lei Complementar 221/1998 e apensados, principalmente quanto à definição de um modelo de ressarcimento aos estados e à definição de como o governo federal vai pagar as dívidas acumuladas.

É neste sentido que o COFECON se manifesta publicamente solicitando prioridade ao Congresso Nacional na tramitação deste Projeto de Lei que corrige uma omissão legislativa, e, por conseguinte, uma injustiça federativa para com os estados brasileiros, sobretudo aqueles que possuem uma matriz exportadora de base primária e semielaborada.

O COFECON destaca que no bojo desta discussão deve ser parametrizado um justo sistema de compensações aos estados e um mecanismo que reponha as perdas acumuladas ao longo do período de vigência desta legislação, sendo recomendável um mecanismo de encontro de contas que permita o abatimento das dívidas dos estados com a União.

A Nota Técnica da FAPESPA encontra-se no portal do COFECON.

Conselho Federal de Economia

Estados brasileiros que possuem matriz exportadora de base primária e semielaborada acumularam perdas bilionárias com a Lei Kandir.

Nota do COFECON

SOBRE POLÍTICA INDUSTRIAL E DE INOVAÇÃO

O Conselho Federal de Economia (COFECON) considera essencial a instituição de política industrial no país que promova a elevação da produtividade com foco em inovações efetivamente aplicáveis no aumento da complexidade produtiva, a partir do desenvolvimento científico e tecnológico. Essa política precisa ser conduzida por agências públicas articuladas, entre si e com o setor privado, de modo a manter uma coordenação interinstitucional e público-privada.

A economia brasileira encontra-se há 36 anos com a produtividade estagnada e a continuidade deste cenário, com o fim do bônus demográfico em poucos anos, levará à contínua retração em sua renda per capita. Contudo, vale ressaltar que primeiro maximizar o que se produz, para depois o Estado redistribuí-lo, não seria o critério mais favorável, por ser passível de reversão por governos com propósito de concentrar a renda. A disseminação de ocupações de alta produtividade favorece a geração massiva de atividades de alta remuneração, que, sendo numa escala que promova o seu transbordamento para os demais setores, é um caminho bem mais estável de elevação da qualidade de vida em geral.

Produção estagnada somada ao fim do bônus demográfico levará a uma contínua retração na renda per capita

É fundamental que tais políticas tenham foco em setores estratégicos, prioridades e volume significativo de recursos, sendo voltadas para promover a elevação da complexidade produtiva. Nesse sentido, estudos recentes iniciados por dois dos maiores centros acadêmicos de Economia do mundo, Harvard e MIT, têm comprovado empiricamente que os países com estrutura produtiva complexa em geral apresentam elevado nível de qualidade de vida de sua população, sendo, ainda, o seu mais importante indutor. Também a OCDE, em seu *Science, Technology and Innovation Outlook* (2016), identifica um novo consenso sobre política industrial entre países desenvolvidos e emergentes, motivado pelo interesse em superar efeitos da crise financeira de 2008, readquirir competitividade industrial, impulsionar o ingresso na nova revolução industrial baseada em ciência e tecnologia e incentivar atividades amigáveis ao meio ambiente. Tais referências confirmam a importância da elevação da complexidade produtiva como o caminho mais promissor para o desenvolvimento sócio econômico do Brasil.

Países com estrutura produtiva complexa em geral apresentam elevado nível de qualidade de vida de sua população

Além de regime macroeconômico favorável, com câmbio competitivo e juros baixos, essa política industrial irá requerer fontes de financiamento diversas, de instituições financeiras e mercado de capitais. O financiamento também com recursos públicos é indispensá-

FOCO EM SETORES ESTRATÉGICOS

vel, em particular de projetos sem aplicação econômica direta, mas necessários para que inovações sejam desenvolvidas, assim como aqueles de sucesso bastante incerto, mas que precisam ser tentados. Todavia, na atual conjuntura, ao privilegiar o corte de gastos públicos, o governo contingenciou as despesas de 2017 com ciência e tecnologia em 44%, tendo restado valores reais inferiores a um terço dos de 2010. Para 2018, a proposta inicial do Ministério do Planejamento prevê corte de quase 40% em relação ao orçamento deste ano. Tais medidas levarão a perdas de difícil reparação e manutenção do atraso que o Brasil vem acumulando em seu desenvolvimento sócio econômico, em particular científico e tecnológico.

Portanto, o COFECON propõe: (i) modernização no sistema de ciência, tecnologia e inovação do país, de modo a facilitar e incentivar pesquisas mais focadas em resultados, bem como a diversificar fontes de financiamento; (ii) estruturação de programas de fomento a startups com a participação do setor privado e instituições acadêmicas; (iii) a recomposição dos recursos públicos destinados à ciência e tecnologia, uma vez que essa fonte não é substituível por fontes privadas numa série de situações; (iv) articulação e fortalecimento das instituições envolvidas, em particular as agências federais de fomento da ciência e tecnologia – Capes, CNPq e Finep.

Conselho Federal de Economia

TEMA DE CAPA

BH RECEBE XXII CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA

Foram muitos meses de preparativos. Reuniões de trabalho, discussões de temas, sugestões de palestrantes, escolhas de lugares, levantamentos de custos, verificação de instalações, listagem de atividades dentro e fora da programação, propostas de patrocínios, contatos com fornecedores, elaboração de materiais de divulgação, distribuição destes materiais, gravações de vídeos com convites, discussões para reduzir custos, recebimento e seleção de trabalhos científicos, preparativos para receber palestrantes brasileiros e estrangeiros, além dos próprios participantes do evento, ufa! O XXII Congresso Brasileiro de Economia (CBE) está chegando e Belo Horizonte está pronta para receber os mais de 1.200 participantes esperados. Serão economistas, empresários, professores, estudantes, autoridades, palestrantes nacionais e internacionais e interessados em geral.

Realizado em BH, evento vai apresentar alternativas e perspectivas sustentáveis para os desafios econômicos que afetam o bem-estar da sociedade

O Congresso terá como tema "Desenvolvimento Econômico, Justiça Social e Democracia: Bases para um Brasil Contemporâneo", com o objetivo de apresentar alternativas e perspectivas sustentáveis para os desafios econômicos fundamentais que afetam o bem-estar de toda a sociedade, com foco na retomada do desenvolvimento do país e na minoração das injustiças sociais, numa perspectiva de aprofundamento da democracia. O evento será realizado no Centro de Convenções Israel Pinheiro da Silva (Minascentro – Av. Augusto de Lima, 785) nos dias 06 a 08 de setembro de 2017.

"Nós vamos discutir o desenvolvimento econômico do Brasil com justiça social, com toda a necessidade que este país tem de continuar crescendo, em todos os seus ramos, em todos os seus setores, desde o agronegócio até a indústria", afirma o presidente do Corecon-MG, Paulo Roberto Paixão Bretas. "Sabemos perfeitamente bem os problemas que temos vivido, o enorme desemprego, o desequilíbrio fiscal. O Congresso vem no momento oportuno, praticamente nas vésperas de um 2018 que sinaliza um processo eleitoral, com disputas de propostas, de projetos para o país, e o evento nos dá a oportunidade de estarmos juntos para debater caminhos para que o Brasil saia desta crise".

Nas 26 mesas de debate programadas está uma ampla gama de temas que vão desde a geração de energia sustentável até as alternativas de processos produtivos e geração de renda, passando pelas questões urbana e regional no processo de planejamento do desenvolvimento, pela relação de temas como agricultura, pobreza e política cambial com o desenvolvimento econômico e por tópicos específicos da economia brasileira como previdência, industrialização, papel do estado, desenvolvimento e o papel dos bancos de fomento e das agências no novo ciclo de crescimento do Brasil. Aliás, num país tão diverso como o nosso, também ganham espaço debates sobre o futuro da Lei Kandir, sobre a qual o Cofecon se posicionou recentemente defendendo que o Congresso Nacional priorize a tramitação do Projeto de Lei Complementar 221/1998, que trata das compensações aos estados que perderam arrecadação após a vigência da referida lei.

No XXII CBE, também ganham espaço debates sobre o futuro da Lei Kandir

O time de palestrantes é composto por craques da área econômica como Alessandro Flávio Barbosa Chaves, Alexandre Comin, Alexandre Queiroz Guimarães, André Quintão Silva, Antônio Corrêa de Lacerda, Arnaldo Barbosa de Lima Júnior, Bruno Pinheiro Wanderley, Bruno Quick Lourenço de Lima, Carlos Pinkusfeld Monteiro Bastos, Cássio Turra, Cláudio Conceição, Clelio Campolina Diniz, Cristiane Schmidt, David Kupfer, Denise Gentil, Dércio Garcia Munhoz, Dorothea Werneck, Edésio Fernandes, Edmar Fagundes de Almeida, Edson Roffé Borges, Eduardo Rios Neto, Eduardo Rodrigues da Silva, Élbia Gannoun, Eli Iola Gurgel Andrade, Eliane Araújo, Eliseu Alves, Fabrício Augusto de Oliveira, Fernando Brito, Fernando Ferrari Filho, Fernando Nogueira da Costa, Geraldo Biasoto Júnior, Gesner Oliveira, Henrique de Campos Meirelles, Jan Kregel, João Antonio de Paula, João Carlos Ferraz, João Machado Borges Neto, Jorge Arbache, José Carlos de Miranda Farias, José Dari Krein, José Eustáquio Diniz Alves, José Raymundo Novaes Chiappin, Ladislau Dowbor, Leonardo Burlamaqui, Luís Nassif, Luís Paulo Rosenberg, Luiz Antônio de Matos Macedo, Luiz Carlos Mendonça de Barros, Luiz Fernando de Paula, Luiz Gonzaga Belluzzo, Luiz Henrique da Silva, Márcio Pereira Zimmermann, Márcio Pochmann, Marco Aurélio Crocco Afonso, Maria Amélia Enriquez, Maria de Fátima Lage Guerra, Mário Marcos Rodarte, Maurício Borges Lemos, Maurício Coutinho, Mônica Viegas Andrade, Naércio Aquino Menezes Filho, Nelson Barbosa, Nelson Hubner, Olga Simbalista, Otávio Soares Dulci, Paulo Casaca, Paulo Paiva, Patrus Ananias de Souza, Paulo Rabello de Castro, Paulo Haddad, Pedro Abramo, Pedro Rossi, Renato Coelho Baumann, Roberto Macedo, Roberto Castello Branco, Roberto Frenkel, Roberto Monte-Mór, Roberto Marinho Alves da Silva, Roberto Rodrigues, Rodrigo Octávio Orair, Ronaldo Serôa da Motta, Rosa Maria Marques, Rubens Sawaya, Rudá Ricci, Sebastião Demuner, Sérgio Margulis, Sibelle Cornélio Diniz, Sílvia Maria Matos, Tânia Cristina Teixeira, Vanessa Petrelli Corrêa e Wilson Cano.

Temas especiais

Três temas especiais terão um lugar de destaque no CBE. Um deles é a sessão comemorativa dos 200 anos da primeira publicação da obra Princípios de Economia Política e Tributação, do inglês David Ricardo, economista que exerceu influência tanto sobre os neoclássicos quanto sobre os marxistas e foi também responsável pela teoria das vantagens comparativas, pilar da teoria do comércio internacional; a sessão especial também comemorará os 150 anos da primeira publicação do Volume 1 de O Capital, do alemão Karl Marx, um dos mais influentes teóricos da economia em todos os tempos. O Volume 1 foi o único que Marx publicou em vida, tendo os demais volumes sido organizados por Friedrich Engels.

A sessão se realizará no dia 07 de setembro, às 19 horas. Para discutir a obra de David Ricardo, foram convidados os economistas Maurício Chalfin Coutinho, professor da Unicamp, e Luiz Antônio de Matos Macedo, professor da Universidade Estadual de Montes Claros. Já o clássico 'O Capital' será apresentado por João Machado Borges Neto, professor da PUC-SP, e João Antônio de Paula, professor da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG.

No mesmo dia, mas no período da manhã, acontecerá o Fórum das Mulheres Economistas, que terá uma mesa de debate com as economistas Denise Gentil (UFRJ), Rosa Maria Marques (PUC/SP), Eliane Cristina Sbardelatti (UEM) e Tania Cristina Teixeira (PUC/MG), coordenada pela conselheira federal Bianca Rodrigues. Um espaço semelhante teve lugar no XXV Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia, realizado em Natal no ano passado, com a diferença de que o Simpósio é um evento voltado ao público interno do Sistema Cofecon/Corecons, enquanto o CBE é voltado ao público externo.

Na manhã de 8 de setembro haverá uma mesa especial em comemoração aos 50 anos do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) da Universidade Federal de Minas Gerais. Inicialmente voltado para os estudos de economia regional, o Centro diversificou suas áreas de atuação, com a inclusão de novos campos temáticos na pós-graduação em Economia e a criação de um programa de pós-graduação em Demografia. A mesma diversificação caracteriza a trajetória de suas linhas de pesquisas, que incluem uma ampla variedade de temas e abordagens destas duas disciplinas.

Premiações

A noite de abertura do XXII CBE terá a palestra magna do professor Roberto Frenkel, da Universidade de Buenos Aires, e terá a entrega de três premiações realizadas anualmente pelo Conselho Federal de Economia. A primeira delas é o Prêmio Brasil de Economia, que reconhece a contribuição de trabalhos acadêmicos para a Ciência Econômica em cinco categorias diferentes: livro de economia, tese de doutorado, dissertação de mestrado, artigo técnico/científico e monografia de graduação. O prêmio Destaque Econômico do Ano é uma honraria destinada a reconhecer instituições que contribuem para o ensino de economia, a transmissão de informações econômicas e a utilização do instrumental disponibilizado pela ciência econômica – são as categorias Academia, Mídia e Desempenho Técnico, respectivamente.

O prêmio Destaque Econômico do Ano reconhece instituições que contribuem para o ensino de economia

Finalmente, o prêmio Personalidade Econômica do Ano, entregue pelo Cofecon desde o ano de 2004, reconhece pessoas que, com sua trajetória, contribuíram para o engrandecimento da profissão e da ciência econômica. Em Belo Horizonte o premiado será o economista Antonio Correa de Lacerda, doutor em Economia pela Unicamp, professor-doutor e coordenador do Programa de Estudos Pós-graduados em Economia Política da PUC/SP e professor associado da Fundação Dom Cabral e da Fundação Instituto de Administração (FIA). Lacerda é também consultor econômico, sócio principal da ACLacerda Consultores Associados Ltda, membro do Conselho Superior de Economia (Cosec) da FIESP e do Conselho Temático de Política Econômica (Copec) da CNI e articulista colaborador de "O Estado de S. Paulo" e outras publicações. É autor de vários artigos e 12 livros, como "Desnacionalização" (Contexto, 2000), um dos ganhadores do Prêmio Jabuti, da Câmara Brasileira do Livro, na área de economia.

Atrativos turísticos

Quem vai a Belo Horizonte para o XXII Congresso Brasileiro de Economia pode aproveitar a presença na cidade para visitar os atrativos turísticos. O Mercado Central encontra-se muito próximo ao Minascentro. A igreja São Francisco, projetada por Oscar Niemeyer e localizada às margens de um dos mais belos pontos da Lagoa da Pampulha, é um dos principais cartões postais da cidade e está perto do estádio Mineirão e do Parque Guanabara, de cuja roda gigante se tem uma ampla vista da lagoa. E, além do city tour, a agência oficial do evento também oferece um passeio por diversos mirantes da capital mineira. Quem dispuser de mais tempo ou ficar mais alguns dias tem outras opções perto de Belo Horizonte. No município de Brumadinho, a cerca de 60 quilômetros, encontra-se o Inhotim, um museu a céu aberto, com obras dentro e fora das salas, em meio à natureza num ambiente de profunda tranquilidade. E há o tradicional passeio a Ouro Preto, cidade histórica que viveu dias de esplendor durante o ciclo do ouro e onde foi planejada uma revolta contra o governo português. Além de ver edificações históricas, igrejas e museus, o visitante pode conhecer a cultura da época e inclusive entrar numa mina de ouro desativada.

A igreja São Francisco, projetada por Oscar Niemeyer e localizada às margens da Lagoa da Pampulha, é um dos principais cartões postais da cidade

Artigo
Jan Kregel

SISTEMAS FINANCEIROS, GOVERNANÇA FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Por Jan Kregel

Tradução: economista Pedro Garrido da Costa Lima – Doutor em Economia pela Universidade de Brasília (UnB), Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados e Conselheiro do Corecon-DF.

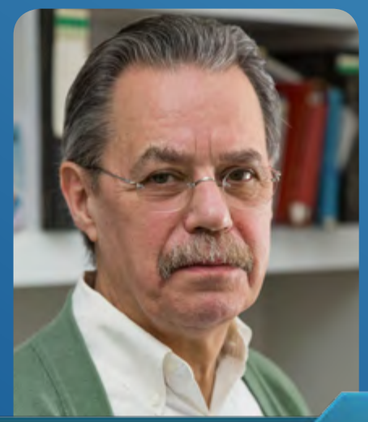
Em sua Teoria Geral, Keynes identificou que "os principais defeitos da sociedade econômica em que vivemos são para proporcionar o pleno emprego e a sua arbitrária e desigual distribuição da riqueza e das rendas" (1936, p. 341)[1]. Ele associou esses defeitos ao comportamento do sistema financeiro: a demanda irracional por liquidez dos detentores de riqueza em face da incerteza sobre o valor de seus investimentos e o fracasso do sistema financeiro em prover liquidez quando necessário. A chave tanto para a demanda insuficiente de mão de obra quanto para a desigualdade pode, portanto, ser encontrada no medo da perda em ativos e no medo de inadimplência nos empréstimos. Em suma, os defeitos eram causados principalmente pelo comportamento dos credores – assim, seu apelo à eutanásia do rentista e um papel ativo do governo em prover liquidez.

As economias no processo de desenvolvimento exibem as mesmas falhas, causadas principalmente pelas mesmas razões. As economias em desenvolvimento são geralmente caracterizadas pelo papel dominante da produção agrícola. O crescimento da população acima da produtividade significa que a produção por pessoa cai e a produtividade marginal diminui ou se torna negativa. Na feliz frase de Joan Robinson, há "desemprego disfarçado", ou "subemprego" do trabalho. Uma vez que existe um limite para a quantidade de alimentos que podem ser consumidos, melhorar as condições requer uma alternativa ao aumento do investimento e do emprego na agricultura.

A solução proposta é a criação de um setor manufatureiro[2] para proporcionar emprego frente ao desemprego agrícola disfarçado. Dada uma maior taxa de progresso

1 John Maynard Keynes. **A Teoria Geral do Emprego, dos Juros e da Moeda**. Col. Os Economistas. São Paulo: Editora Abril, 1996. Publicado originalmente em inglês em 1936. Nota da tradução.

2 Indústria manufatureira ou de transformação. Nota da tradução.



JAN KREGEL

Diretor de pesquisa do Levy Economics Institute, diretor do programa de mestrado do Levy Institute em Teoria e Política Econômica, e diretor do programa de Política Monetária e Estrutura Financeira do Instituto.

técnico, a transferência de mão de obra excedente da agricultura para a indústria aumenta as rendas médias e fornece a demanda para expandir a produção manufatureira. O problema geral do desenvolvimento é então a busca por fontes alternativas de emprego. Note-se que isso também é verdade para economias industrializadas, nas quais o aumento da produção por pessoa devido ao progresso técnico continuará criando excesso de mão de obra e a necessidade de fontes alternativas de emprego.

O problema geral do desenvolvimento é então a busca por fontes alternativas de emprego.

No entanto, o problema específico do desenvolvimento é financiar a criação desses setores alternativos para absorver o desemprego. A resposta tradicional é argumentar que há uma barreira causada pela incapacidade das rendas internas de gerar as poupanças necessárias para comprar os bens de capital e a tecnologia estrangeiros. A tendência para o declínio dos termos de troca elimina a possibilidade de exportar o excesso de produção agrícola. A única solução é confiar na abertura de mercados internos para emprestadores e produtores estrangeiros. Essa abordagem considera o sistema financeiro como um simples intermediário entre poupadores e investidores. A arbitragem internacional deve transmitir financiamento de economias desenvolvidas de baixa taxa de retorno e intensivas em capital para economias em desenvolvimento de alta taxa de retorno e capital escasso.

A única solução é confiar na abertura de mercados internos para emprestadores e produtores estrangeiros

O problema é quem suportará as perdas dos investimentos incertos necessários para financiar o crescimento do setor manufatureiro para a absorção da mão de obra agrícola subempregada

Entretanto, como Schumpeter apontou em sua Teoria do Desenvolvimento Econômico[3], ecoando o trabalho de economistas como Hahn, Mises, Hayek, Hawtrey, Robertson e Keynes, os bancos têm capacidade ilimitada para criar poder de compra para financiar a acumulação de capital. Para esses economistas, os bancos são negociadores de dívidas e fornecem o financiamento da produção ao concederem créditos aos tomadores de empréstimo sob a forma de meios de pagamento. Na linguagem moderna, isso reflete a visão de que o empréstimo bancário aos produtores assume a forma de depósitos que os produtores usaram como meio de pagamento para comprar mão de obra e outros insumos que financiam o desenvolvimento.

Nessa visão, a criação de um sistema financeiro doméstico é um pré-requisito para o desenvolvimento da manufatura e pode eliminar qualquer restrição imposta pela poupança interna ou externa. Não obstante, Keynes adverte que o processo bem-sucedido de desenvolvimento ainda pode ser caracterizado por desemprego e desigualdade de renda. Aqui não é a falta de poupança interna, mas a estabilidade do sistema financeiro que limita a capacidade de financiar um sistema manufatureiro interno, e a estabilidade do sistema depende de investimentos que produzam retornos suficientes para pagar de volta os empréstimos.

3 Joseph Alois Schumpeter. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**. Col. Os Economistas. São Paulo: Editora Abril, 1997. Publicado originalmente em alemão em 1911 e em inglês em 1934. Nota da tradução.

Essa limitação pode ser expressa no que Hyman Minsky mencionou como a necessidade de o sistema financeiro servir a "dois senhores" – a necessidade de fornecer uma moeda segura e protegida, por um lado, e de financiar investimentos inerentemente arriscados em projetos de desenvolvimento, alguns dos quais inevitavelmente fracassarão[4]. O Senhor 1 é representado pelos passivos bancários utilizados como meio de pagamento, que são criados por meio das compras por bancos dos direitos sobre os retornos, para o Senhor 2, dos investimentos arriscados dos empreendedores. Uma vez que é uma característica dos balanços que os ativos devem ser equivalentes aos passivos, qualquer não realização dos retornos esperados para o Senhor 2 prejudicará o valor dos passivos do Senhor 1. O imperativo da estabilidade financeira significa que o Senhor 1 deve sempre ser satisfeito; o problema não é apenas, portanto, a criação de um sistema financeiro interno para financiar o investimento, mas sim quem suportará as perdas dos investimentos incertos necessários para financiar o crescimento do setor manufatureiro para proporcionar a absorção da mão de obra agrícola subempregada. Se o sistema financeiro for perfeitamente seguro e protegido, o sucesso do sistema financeiro no financiamento do desenvolvimento dependerá de encontrar os meios para enfrentar os riscos inerentes ao Senhor 2 ou ao colocar limites nos poderes do Senhor 2 para ameaçar o Senhor 1.

Isso geralmente é alcançado pela imposição de "regulação prudencial" no sistema financeiro. Isso pode envolver limitações do lado do ativo ou do passivo das instituições financeiras. No lado do ativo estão restrições sobre o tipo de ativos que os bancos podem adquirir, chamados de empréstimos direcionados. Por exemplo, as hipotecas foram por muito tempo proibidas como investimentos para o Senhor 2 dos bancos, assim como existe o requisito de que os bancos detenham ativos líquidos ou créditos contra o banco central. O seguro de depósito é um meio de garantir o valor dos passivos do Senhor 1. Exigir que os bancos detenham capital próprio para absorver perdas nos ativos do Senhor 2 também é um método comum, incluindo a fixação de índices de capital do banco para ativos e / ou passivos ou alavancagem bancária. Finalmente, a criação de um banco central que atua como emprestador de última instância para fornecer a validação dos ativos dos bancos propicia uma forma de sistema com estabilidade para o sistema financeiro.

Embora essas medidas sejam projetadas para limitar as perdas potenciais da capacidade ilimitada de criar poder de compra e, portanto, são direcionadas para evitar perdas idiossincráticas devido a falhas de gerenciamento em instituições individuais, elas não lidam diretamente com a questão de quem sustenta o risco sistêmico das perdas do Senhor 2 que são inerentes ao processo de desenvolvimento. Na verdade, esses riscos devem ser esperados e não eliminados, até certo ponto eles devem ser encorajados.

Assim, enquanto Schumpeter enfatizou a importância do sistema financeiro como motor do desenvolvimento econômico devido à sua capacidade ilimitada de criar poder de compra independentemente de qualquer restrição de poupança, a sobrevivência e a estabilidade deste sistema dependem da prevenção contra perdas que deve ser encorajada no processo de desenvolvimento. Em um sistema em que se toma risco privado, a perda deve ser suportada pelo investidor, mas, como Keynes apontou, evitar esse risco leva ao refúgio para a liquidez e ao fracasso do investimento em eliminar o desemprego. Entretanto, também é o caso em que a defesa da estabilidade do sistema financeiro tentará estabilizar os preços dos ativos para evitar a redução do valor dos passivos utilizados como meio de pagamento.

4 Ver artigo de Jan Kregel sobre regulação do sistema financeiro em uma perspectiva minskiana: Jan Kregel. Regulating the financial system in a Minskian perspective. In: Luiz Carlos Bresser-Pereira, Jan Kregel e Leonardo Burlamaqui (eds.). Financial Stability and Growth: Perspectives on Financial Regulation and New Developmentalism. London: Routledge, 2014. Nota da tradução.

A sobrevivência e a estabilidade do sistema financeiro como motor do desenvolvimento econômico dependem da prevenção contra perdas

Muito tem sido escrito sobre a natureza privada dos lucros e a socialização das perdas, mas, como o sistema opera no financiamento do investimento por meio de instituições financeiras privadas sob a restrição da estabilidade financeira e com medidas prudenciais dedicadas à estabilização dos preços dos ativos, isso sempre deve ser o caso. Por padrão, é por isso que é necessário limitar o risco e assegurar a estabilidade financeira que garanta que o financiamento seja suficiente para sustentar os níveis de emprego exigidos e, ao mesmo tempo, oferecer proteção contra risco para bancos e investidores. A implicação é que será o trabalho que suportará os riscos, sob a forma de desemprego e de ausência de acumulação de ativos, o que fornece uma explicação sobre a desigualdade inerente em um desenvolvimento por meio de financiamento privado.

Será o trabalho que suportará os riscos, sob a forma de desemprego e de ausência de acumulação de ativos

No caso de investimentos malsucedidos, o trabalho perde o poder de seus vencimentos, enquanto as medidas de estabilização limitam a perda financeira de investidores e instituições financeiras

Isso significa que a riqueza tenderá a ser acumulada pelos indivíduos que têm acesso ao sistema financeiro e dentro do próprio sistema financeiro, uma vez que as medidas de estabilidade se concentrarão na estabilização dos preços dos ativos. Como o acesso ao financiamento está, em geral, ligado ou ao bom desempenho do crédito ou à existência de garantias, isso significa que aqueles que são responsáveis pelo investimento terão uma parcela crescente da riqueza que é criada pelo processo de desenvolvimento. E aqueles que vivem como empregados terão uma participação decrescente, uma vez que, no caso de investimentos malsucedidos, o trabalho perde o poder de seus vencimentos, enquanto as medidas de estabilização limitam a perda financeira de investidores e instituições financeiras. Note-se que esse raciocínio é exatamente o oposto da posição que argumenta que aqueles que fornecem a poupança para o investimento terão uma parcela crescente da riqueza.

A questão é, então, projetar um sistema financeiro alternativo que ofereça um mecanismo para suportar as perdas inerentes ao financiamento do desenvolvimento ao mesmo tempo em que assegura uma distribuição mais equitativa dos frutos do investimento e da inovação. Conforme mencionado acima, as condições de estabilidade financeira são geralmente procuradas por intermédio de uma regulação prudencial que se destina a proteger as classes principalmente não investidoras que possuem passivos do setor financeiro como meio de pagamento. Mas, paradoxalmente, é precisamente essa proteção que isola as instituições financeiras e os investidores da perda e preserva sua riqueza. Se as obrigações de pagamento forem protegidas, então os ativos do banco serão protegidos, o que significa que as perdas advindas dos emissores dessas obrigações serão suportadas.

Parece haver duas opções. Uma seria fornecer ao trabalho a mesma garantia proporcionada ao capital. Minsky propôs um programa de empregador de última instância para garantir o trabalho a todos os que estão dispostos e são capazes. Isso proporcionaria uma estabilidade mínima aos rendimentos do trabalho, da mesma forma que a estabilidade nos ativos e passivos dos bancos é fornecida por regulação prudencial e intervenções durante a crise para sustentar os preços dos ativos. Na verdade, é amplamente aceito que o melhor remédio para a mitigação da pobreza e da desigualdade de renda é o alto nível de emprego.

Outra opção proposta por Minsky seria substituir os fundos de seguros por passivos bancários com uma garantia governamental total de depósitos, ou, de maneira alternativa, substituir o seguro de depósito por um sistema de garantia de ativos bancários para incentivar empréstimos mais arriscados sem comprometer o uso de passivos bancários como meio de pagamento.

Todo o problema criado pela estabilidade financeira seria resolvido pela criação de bancos de desenvolvimento governamentais para financiar investimentos arriscados

Seguramente, todo o problema criado pela estabilidade financeira seria resolvido pela criação de bancos de desenvolvimento governamentais para financiar investimentos arriscados e fornecer meios de pagamento seguros e protegidos. Isso evitaria a natureza pró-cíclica do financiamento privado causado pela corrida para a liquidez em face da queda das perspectivas sobre rendimentos futuros dos ativos.

AMÉRICA DEL SUR EN UN IMPASSE

Por Roberto Frenkel

Con la excepción de algunos países pequeños, el panorama de las economías de América del Sur es de recesión o crecimiento bajo. Y los pronósticos para los próximos años no son mejores, pese a las condiciones favorables que el mercado financiero internacional ofrece a la región. Hay una razón general de esta ausencia de optimismo: en la mayoría de los casos nacionales se diagnostica la necesidad de cambios importantes en la orientación que han tenido las políticas económicas en los años 2000, y en todos ellos existe incertidumbre sobre la viabilidad social y política de estos cambios.

Es necesario cambiar el rumbo. No se puede seguir por el mismo camino porque han caído significativamente los precios de las *commodities* en las que se fueron concentrando crecientemente las exportaciones. La caída de los precios impactó negativamente el producto, el balance de pagos y las cuentas fiscales y, más allá de los efectos de corto plazo, señaló la necesidad de cambiar el patrón de crecimiento.

No se puede seguir por el mismo camino porque han caído significativamente los precios de las commodities en las que se fueron concentrando crecientemente las exportaciones.

Hubo algún ajuste automático del balance externo, por la vía de los efectos-ingreso negativos resultantes de la contracción de las ventas al exterior y de la devaluación. Los tipos de cambio flexibles facilitaron los ajustes sin crisis cambiarias, pero las devaluaciones no indujeron incrementos significativos de las exportaciones. El grueso del ajuste externo que tuvo lugar resultó de la caída de las importaciones, inducida por la contracción o desaceleración del producto, como había sido tradicional en la historia de la región. Los déficits de cuenta corriente se redujeron sólo parcialmente, de modo que persisten significativos desequilibrios externos en casi todos los casos.

ROBERTO FRENKEL

Investigador titular del CEDES y Profesor Honorario de la Universidad de Buenos Aires

La recesión o desaceleración del producto afectó negativamente los ingresos fiscales, ampliando los déficits y las necesidades de financiamiento, pese a que en varios casos la carga tributaria está en records históricos. En los mayores países, Argentina y Brasil, el ajuste fiscal ocupa el primer lugar de la agenda.

Mencionamos arriba que el mercado financiero internacional sigue presentando condiciones favorables para la región. Esto es novedoso. En contextos de deterioro de los términos de intercambio como el actual es una novedad que se presenten simultáneamente condiciones financieras internacionales favorables. En episodios previos, la caída de los precios de las *commodities* se presentó conjuntamente con un frente financiero negativo para la región.

En contextos de deterioro de los términos de intercambio como el actual es una novedad que se presenten simultáneamente condiciones financieras internacionales favorables.

Tal fue el caso en los primeros años de la década de 1980, cuando la contracción de los términos de intercambio coincidió con un fuerte aumento de la tasa de interés internacional y un endurecimiento del financiamiento. El shock financiero condujo al racionamiento regional generalizado y desembocó en la llamada crisis de la deuda externa latinoamericana.

También fue el caso de la caída de los precios de las exportaciones regionales inducida por las crisis asiáticas y rusa de 1997-98. La demanda de materias primas cayó bruscamente en coincidencia con grandes aumentos de las primas de riesgo país. Tan importantes fueron esos aumentos que condujeron al default de la deuda pública de Argentina y estuvieron cerca de empujar a Brasil a la misma situación.

En los primeros años 1980 la caída de los precios y el aumento de las tasas internacionales de interés fueron causados simultáneamente por la política monetaria de los EEUU, que instrumentó un fuerte aumento de la tasa de interés con objetivo antiinflacionario.

La diferencia entre la actual caída de los precios de las exportaciones y los episodios mencionados se encuentra en la naturaleza de los procesos que empujaron los precios a la baja. En los primeros años 1980 la caída de los precios y el aumento de las tasas internacionales de interés fueron causados simultáneamente por la política monetaria de los EEUU, que instrumentó un fuerte aumento de la tasa de interés con objetivo antiinflacionario. Análogamente, altas tasas internacionales de interés para los mercados emergentes y caída de los términos del intercambio para América del Sur fueron ambos efecto de las recesiones y los contagios financieros causados por las crisis asiáticas y rusa a fines de los años 1990. En ambos momentos la causalidad fue de las condiciones financieras (política monetaria de EEUU y crisis en el Este de Asia y Rusia) a la caída de la demanda y los precios de las materias primas producidas por la región.

El proceso que vivimos ahora es diferente. Antes de la contracción, la región experimentó un prolongado período de precios de exportación extraordinariamente altos (entre 2003-04 y 2014, pasando por alto el shock negativo transitorio de 2008-09), motivado por la excepcional performance de China, las economías del Este de Asia e India. La caída actual de los términos de intercambio no tiene raíces en las finanzas sino primordialmente en la desaceleración del crecimiento de esas economías y la consiguiente reducción de la demanda internacional de materias primas. De modo que en esta ocasión, tanto la fase de mejora como la de deterioro de los términos de intercambio regionales han coincidido con condiciones financieras favorables. Esa coincidencia acentúa el carácter extraordinario del período que comenzamos a dejar atrás en 2014.

Condiciones financieras favorables significa liquidez abundante y bajas tasas de interés internacionales para los países de la región. ¿Pero es favorable sinónimo de benéfico? ¿Fueron efectivamente benéficas para el desempeño económico las condiciones financieras "favorables" en la década de auge de los precios de las *commodities*? Resulta extraño quejarse de algo que parece naturalmente bueno, como el crédito internacional abundante y a bajo precio, pero piénsese que algo tan benéfico como el ocio fomenta a veces los peores vicios.

¿Fueron efectivamente benéficas para el desempeño económico las condiciones financieras "favorables" en la década de auge de los precios de las commodities?

En América del Sur, la alta liquidez internacional en la fase de auge de las *commodities* hizo viable - y en cierta medida causó - pasar de situaciones de superávit de cuenta corriente (salvo Colombia, los países de la región mostraron superávit de cuenta corriente hasta 2008) a situaciones de déficits significativos después de la crisis global. Los ingresos de capitales hicieron una contribución importante a la apreciación de los tipos de cambios reales y al consiguiente auge de las importaciones. Se redujo la competitividad internacional de todas las actividades comerciables distintas de la producción de *commodities*, como la industria manufacturera y los servicios complejos.

En pleno auge de los precios de exportación algunos economistas señalamos los aspectos negativos y peligrosos de esos procesos y llamamos a los gobiernos a aplicar políticas económicas para detenerlos y revertirlos, porque implicaban la plena adaptación de las estructuras económicas a condiciones que bien podían ser transitorias. En cambio, para muchos otros economistas lo que estaba sucediendo no resultaba motivo de preocupación. Mientras los precios de exportación se sostuvieron y las tasas de crecimiento fueron relativamente altas esos economistas pensaron y actuaron como si los términos de intercambio extraordinarios fueran permanentes, ¿pero ahora?

¿Cómo juzgamos ahora las condiciones financieras internacionales favorables? Obviamente, ha resultado benéfico que la disponibilidad de financiamiento externo haya permitido suavizar el ajuste al shock comercial negativo que sufrió la región. Por otro lado, los ratios de deuda externa/producto se habían reducido durante el período de auge de los precios, lo cual da ahora una perspectiva prolongada a la posibilidad de incrementar el endeudamiento. Pero suavizar el ajuste no es lo mismo que postergarlo indefinidamente. Particularmente porque no se trata simplemente de un ajuste de corto plazo sino de crear condiciones para que las economías retomen un crecimiento más vigoroso.

Por otro lado, los ratios de deuda externa/producto se habían reducido durante el período de auge de los precios, lo cual da ahora una perspectiva prolongada a la posibilidad de incrementar el endeudamiento.

Habiendo desaparecido la renta extraordinaria se requiere otra fuente principal de crecimiento, que provea demanda agregada y moneda internacional. Como fue mencionado, el prolongado período de pérdida de competitividad ha reducido la capacidad de las actividades comerciables distintas de la producción de *commodities*. La reconstrucción del sector comerciable requiere tipos de cambio reales competitivos que sean percibidos como duraderos, para que se justifique hundir capital en estos sectores. Se requiere un tipo de cambio más depreciado, porque el ratio importaciones/producto se elevó con la desindustrialización. La tasa de inversión tiene que elevarse y para ello es preciso que el gasto en consumo privado y público tienda a reducirse como proporción del producto, invirtiendo así las tendencias del período que dejamos atrás. El ajuste y la reconstrucción son social y políticamente conflictivos.

La reconstrucción del sector comerciable requiere tipos de cambio reales competitivos que sean percibidos como duraderos, para que se justifique hundir capital en estos sectores.

Cuanto mayor fueran las tasas de crecimiento del producto y la productividad, menor sería la conflictividad social y política. Pero para crecer más rápido es imprescindible completar la fase de ajuste macroeconómico y reorientación del modelo de crecimiento. He aquí el dilema que enfrentan los gobiernos: los ingresos de capital internacional ayudan a suavizar el ajuste y contribuyen consecuentemente a reducir la conflictividad. Pero inducen la apreciación de los tipos de cambio reales, cuyos efectos son imposibilitar la reconstrucción del sector comerciable y mantener persistentemente baja la tasa de crecimiento. Resulta así una situación de *impasse*, que constituye el fundamento del escaso optimismo que comentamos arriba.

TEORIAS DE RICARDO SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DA RENDA NACIONAL E OS EFEITOS DA "SUBSTITUIÇÃO DO TRABALHO HUMANO POR MAQUINARIA"

Por Luiz Antônio Macedo

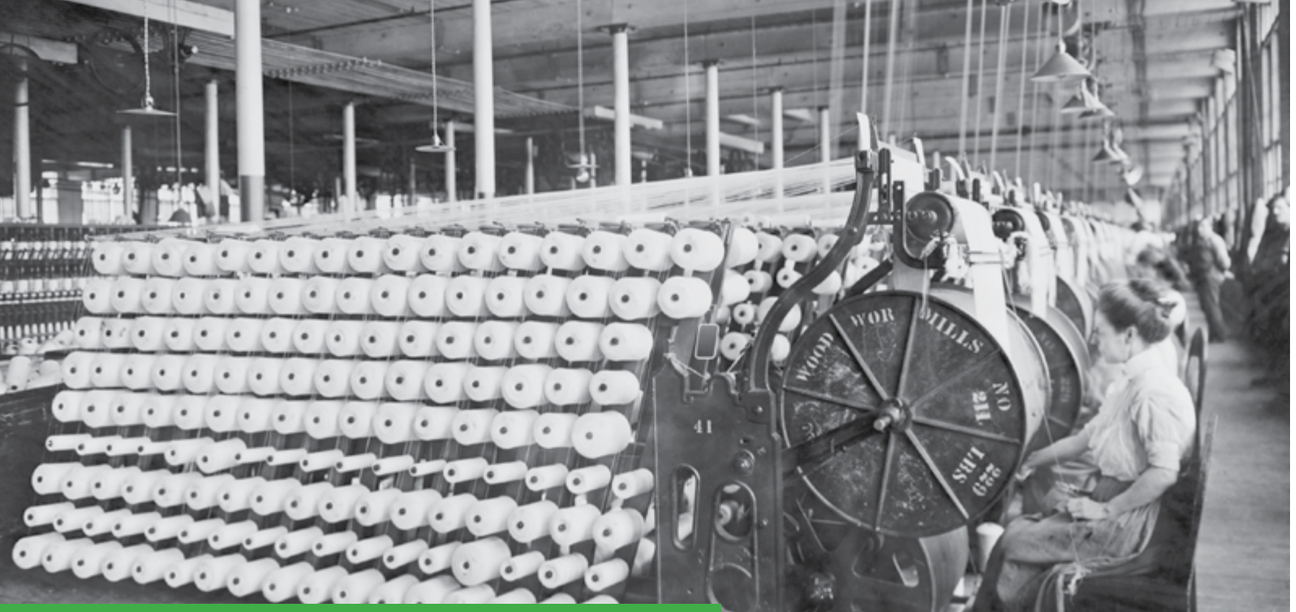
O livro de David Ricardo, *Princípios de Economia Política e Tributação* (1817, com edições revistas e/ou ampliadas em 1819 e 1821) trata teoricamente de duas das principais mazelas do capitalismo, inclusive contemporâneas, e por isso continua relevante na atualidade: (i) desigualdade de renda entre pessoas, com uma teoria sobre a distribuição da Renda Nacional entre a classe de trabalhadores e as classes de proprietários (de capital, terras etc.), e com uma formulação teórica que remete (seguindo Adam Smith) à questão que Marx denominou "exploração" dos trabalhadores; (ii) o chamado "desemprego tecnológico" ou, como ele próprio caracterizou, "substituição do trabalho humano por maquinaria".

1. Efeitos da maquinaria sobre a classe trabalhadora

Esse tema é tratado por Ricardo em um novo capítulo "Sobre Maquinaria" acrescentado na 3ª. ed. dos *Princípios* (1821). Considere seu argumento, em resumo, a seguir. Admitindo que a acumulação de capital (processo de reinvestimento de lucros como capital adicional na produção) venha acompanhada de inovações poupadoras de trabalho – pela "substituição do trabalho humano por maquinaria", com aumento de produtividade do trabalho – resulta que a demanda por trabalhadores cresce cada vez menos com o capital adicional investido, diminuindo

LUIZ ANTÔNIO MACEDO

Ph.D. (UCL), Prof. da Universidade Estadual de Montes Claros



No século XIX, David Ricardo observa que a demanda por trabalhadores cresce cada vez menos com o capital adicional investido

a demanda no mercado de trabalho relativamente à oferta. Ricardo infere então que isto tende a gerar desemprego e piorar os salários:

"[com o emprego de maquinaria aperfeiçoada] a demanda por trabalho vai continuar a crescer com um incremento de capital, mas não em proporção a este acréscimo; a proporção será necessariamente decrescente" (RICARDO, D. *On the principles of political economy and taxation*. Cambridge: University Press, 1951. [vol. I of *The works and correspondence of David Ricardo*], p. 394) [1]

"A mesma causa que pode aumentar a renda líquida [renda dos proprietários de terra e dos capitalistas] do país pode, ao mesmo tempo, tornar a população redundante, e deteriorar a condição do trabalhador [diminuindo a renda da "classe trabalhadora"]" (RICARDO, *loc. cit.*, p.394)

"[a população redundante] por seu efeito sobre o resto da população [sobre a população empregada], e sua competição com ela por emprego, afundará o valor dos salários, e irá muito concretamente deteriorar a condição das classes trabalhadoras" (RICARDO, *loc.cit.*, p.394) [2]

"a substituição de trabalho humano por maquinaria é frequentemente muito prejudicial aos interesses da classe de trabalhadores" (RICARDO, *loc.cit.*, p. 388)

1 As citações dessa obra de Ricardo são retiradas dessa edição *variorum* (sendo traduzidas pelo autor deste artigo), a qual é referida adiante simplesmente como "*loc.cit*.".

2 Este argumento de Ricardo encontra-se desenvolvido por Marx, em sua obra *O Capital* (capítulo XXIII do Livro I), a título de "lei geral da acumulação capitalista", onde a "população redundante" de Ricardo chama-se "exército industrial de reserva".

Ricardo tinha em mente a "maquinaria" mecânica (movida a vapor) de sua época, mas obviamente o mesmo "problema" e as mesmas proposições estendem-se à maquinaria eletro-mecânica posterior e às maquinas eletrônicas (computadores, robôs etc.) que se desenvolveram na segunda metade do século XX, e continuam sendo desenvolvidas (com "inteligência artificial" etc.). A mecanização e a automação da produção de bens e serviços seguem efetuando a "substituição do trabalho humano por maquinaria" de que falou Ricardo (*loc.cit.*) com a extinção de postos de trabalho ou ocupações inteiras, e a consequente redução no crescimento da demanda por trabalhadores, ligado à acumulação de capital e ao crescimento do produto agregado, no longo prazo.[3]

A mecanização e a automação da produção de bens e serviços seguem efetuando a "substituição do trabalho humano por maquinaria"

Note-se que, conforme Ricardo na segunda passagem acima citada, a "substituição de trabalho humano por maquinaria" pode "aumentar a renda líquida [renda dos proprietários de terra e dos capitalistas] do país", ao mesmo tempo que aumenta a produtividade do trabalho e reduz salários. Isso implica reduzir a renda agregada da "classe trabalhadora" relativamente à renda agregada dos capitalistas e demais rentistas (diminuindo a chamada "labour share" na Renda Nacional), o que aumenta a desigualdade de renda entre pessoas, tendo em vista que os trabalhadores são mais numerosos que os rentistas e auferem renda menor, em média. Assim, a análise de Ricardo sobre os efeitos da "maquinaria" vincula-se a seu objeto central de investigação: a distribuição da Renda Nacional entre as classes de trabalhadores e de capitalistas.

2. Distribuição da Renda Nacional entre trabalhadores e proprietários

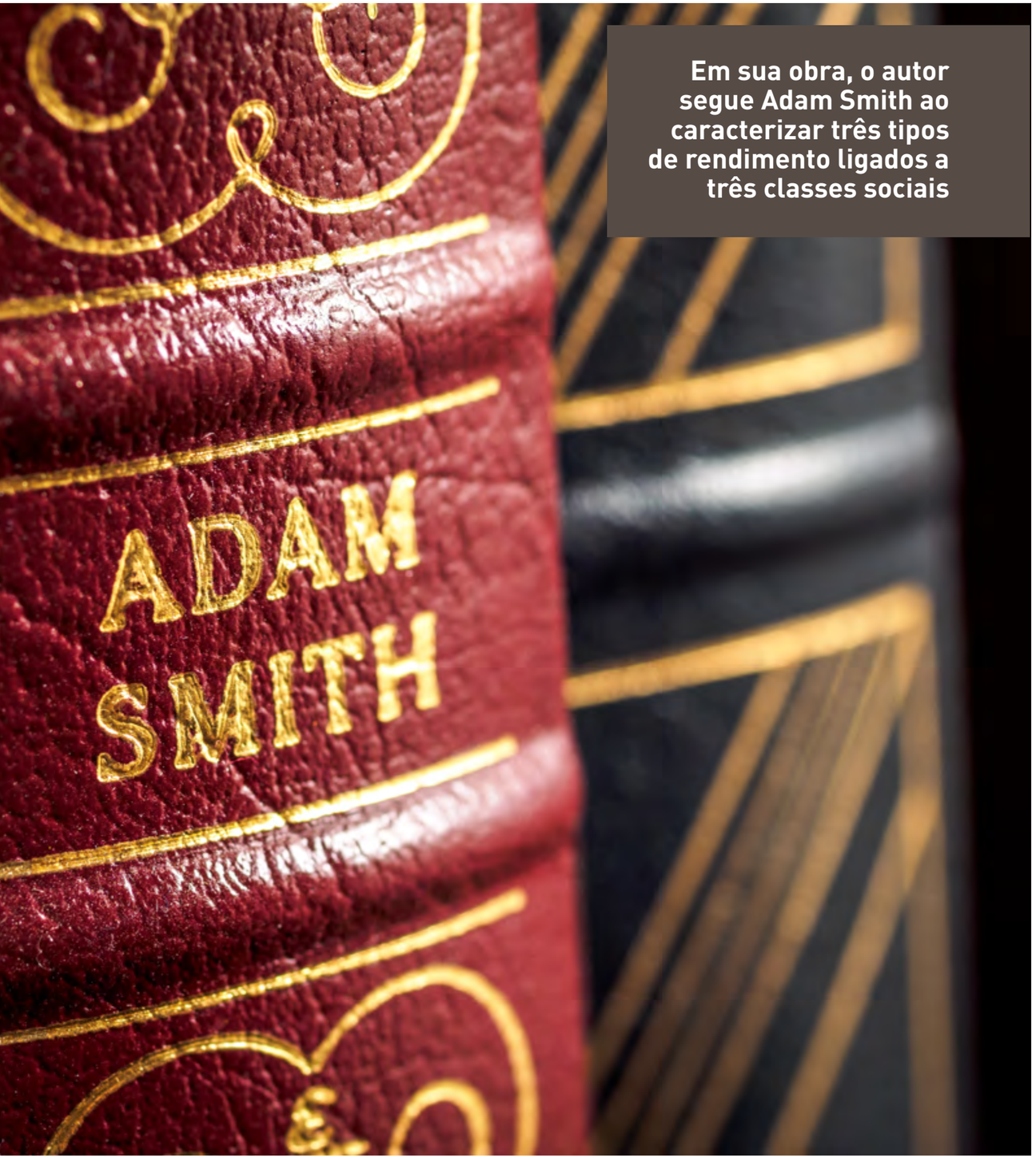
O livro de Ricardo tem como principal objeto de investigação científica a distribuição entre classe sociais do produto social agregado (a que corresponde, mais ou menos, o "PIB" na Contabilidade Nacional de hoje), cujo valor é o Valor Adicionado agregado, que se converte em Renda Nacional (em uma economia fechada). Ele segue Adam Smith ao caracterizar três tipos de rendimento ligados a três classes sociais, entre as quais se distribui a Renda Nacional: salários dos trabalhadores, renda dos proprietários de terra (e de outros recursos naturais, como jazidas minerais) e lucros dos capitalistas. Adota a teoria de Smith sobre salários e a teoria de Malthus e West sobre renda da terra (conhecida indevidamente como teoria "ricardiana" da renda). Trata primeiramente das rendas da terra e das minas para depois concentrar-se no seu principal objeto de investigação: a distribuição da Renda Nacional entre trabalhadores e capitalistas, ou "leis de lucros e salários" (*Prefácio* à 1ª. edição de seu livro, *loc.cit.*).

2.1. Determinação de salários

A suposição (ou "princípio") sobre a determinação do salário (por homem-ano), adotada por Ricardo em sua teoria sobre distribuição, é um caso particular da teoria de Smith sobre salários (capítulo VIII da *Riqueza das Nações*)[4], na qual o salário real é igual ao valor de uma cesta

3 Vide BRYNJOLFSSON & MCAFEE. *The second machine age*. New York: WW Norton, 2016.

4 Vide detalhes da teoria de Smith sobre salários em MACEDO, "Natureza e determinação dos salários na Economia Política Clássica e a questão sobre Smith: livre-concorrência ou poder de barganha no mercado de trabalho ?", *Argumentos* (revista do Departamento de Ciências Sociais da UNIMONTES), 1/2015 (disponível em *www.cienciassociais.unimontes.br*)



Em sua obra, o autor segue Adam Smith ao caracterizar três tipos de rendimento ligados a três classes sociais

de bens de consumo ("comida e pano", por exemplo de Ricardo) necessária para a subsistência do trabalhador e para a reprodução da "raça" de trabalhadores, *sem aumento nem diminuição de seu número*. (O salário em dinheiro é aquele necessário e suficiente para comprar tal cesta, dependendo dos preços dos bens que a compõem.)

Aquela cesta de subsistência é determinada exogenamente por fatores naturais (como necessidades de nutrição e abrigo/vestuário para proteger do tempo) e histórico-culturais (como os hábitos e costumes da classe trabalhadora, por exemplo, relativos a bebidas, como café e/ou chá, cerveja e/ou vinho, whisky e/ou aguardente, etc.).

2.2. Determinação de lucros e da distribuição da Renda Nacional entre trabalhadores e capitalistas

Também na sua teoria sobre lucro do capital, Ricardo apoia-se em concepções de Adam Smith sobre a natureza do produto social e de sua distribuição entre classes e pessoas da sociedade, e portanto sobre a natureza de salários, lucros e renda da terra. Mas abandona a teoria de Smith sobre determinação da *taxa* "natural" de lucros sobre o capital.

Para Smith, o "trabalho anual de toda nação" – primeira variável da Economia Política que aparece como as primeiras palavras da introdução de sua obra *Riqueza das Nações*[5] – é associado ao produto agregado de bens e serviços (finais), como sua fonte (ao tratar desse produto como "seu" produto, e deste como produto daquele, em várias passagens do livro); e é associado também a esse produto como *requisito* para produzi-lo[6]. Resulta que a distribuição de parcelas daquele produto agregado anual implica, para Smith (e depois para Ricardo), a distribuição de partes desse "trabalho anual da nação". Também, portanto, a fatia daquele produto anual agregado que cabe a cada *pessoa* (de qualquer classe socioeconômica) também implica que lhe cabe uma parte desse trabalho anual total. Isto é explicitado por Smith na seguinte passagem de sua introdução à *Riqueza das Nações*:

"um grande número de pessoas não trabalham nada, muitos dos quais consomem o produto de dez vezes, frequentemente de cem vezes mais *trabalho* do que a maioria daqueles que trabalham" (SMITH, *loc.cit.*, p. 2; ênfase acrescentada)

Esta passagem é associada por Smith à "ordem [natural], conforme a qual seu produto [do "trabalho total da sociedade"] é naturalmente distribuído entre os diferentes estratos e condições dos homens na sociedade" (*loc. cit.*, p.2). E esta passagem, por sua vez, remete aos capítulos sobre salários, lucros e renda da terra do Livro Primeiro de sua Investigação (*loc.cit.*).

Desse modo, por aquela passagem "um grande número...", recém-citada, Smith chama a atenção para a *desigualdade* observada na distribuição entre *pessoas* do produto social, decorrente da distribuição da Renda Nacional entre salários, lucros e renda da terra. Trata-se, portanto, da desigualdade de renda entre "aqueles que

5 SMITH, A. *An Inquiry into the nature and causes of the wealth of nations*. Chicago: University Press, 1976. As citações adiante dessa obra de Smith são retiradas dessa edição (sendo traduzidas pelo autor deste artigo), a qual é referida simplesmente como "*loc.cit.*".

6 O trabalho anual da sociedade é igual à quantidade de trabalho requerida direta *e indiretamente* para produzir seu produto anual de bens e serviços *finais*, de acordo com a visão clássica da reprodução anual da produção social.

trabalham" (que recebem salários) e aqueles que "não trabalham nada" (os rentistas de propriedades, no caso, aqueles que auferem rendimentos de capital e terra).

Tal formulação de Smith naquela passagem "um grande número...", recém-citada, remete também ao tema "exploração", como foi chamado depois por Marx em seu *O Capital*. Com efeito, tal expressão pode ser assim definida tecnicamente:

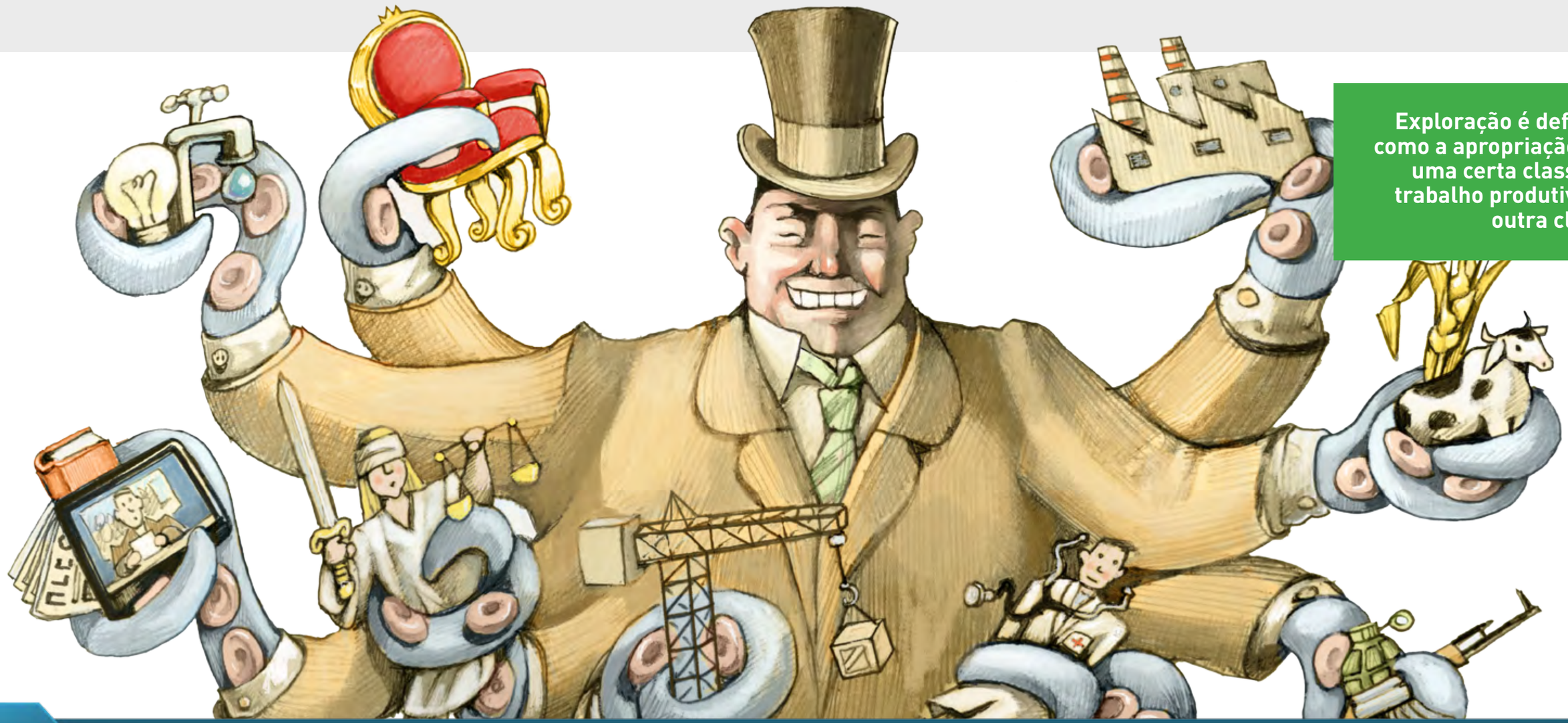
"exploração é definida como a apropriação por uma certa classe do trabalho produtivo de outra classe, sem que os próprios apropriadores forneçam à outra classe uma contrapartida equivalente em termos de trabalho produtivo. Sob esta ampla definição, a exploração não é peculiar ao capitalismo. Ela ocorre em todas as sociedades do passado que se dividiam em classes" (CATEPHORES, G. *An introduction to Marxist Economics*. London: Macmillan, 1989. p. 58)

Ricardo segue a concepção de Smith sobre a distribuição de renda, associando explicitamente as parcelas do produto social divididas entre as classes socioeconômicas, e respectivos tipos de renda, às quantidades de trabalho *requeridas* para produzi-las:

"divisão do produto total da terra e trabalho do país, entre as três classes de senhores de terras ["landlords"], capitalistas e trabalhadores... *Não é pela quantidade absoluta de produto obtida por cada classe que podemos corretamente avaliar a taxa de lucro, renda e salários, mas pela quantidade de trabalho requerida para obter aquele produto*" (RICARDO, *loc.cit.*, ed.1,p.64; ênfase acrescentada).

Esta proposição não aparece na última (3ª.) edição dos *Princípios*, mas a mesma concepção permanece em outra proposição, na qual estabelece ligação entre a taxa geral de lucros e a "proporção do trabalho anual do país [que] é dedicada ao sustento dos trabalhadores" (RICARDO, *op.cit.*, p.49).

No contexto desta proposição, a taxa de lucros é o quociente (%) entre os montantes de lucros e de capital, tendo Ricardo reduzido abstratamente o capital a salários *adiantados*. Essa determinação entre a taxa geral de lucros e tal "proporção do trabalho anual do país [que]



Exploração é definida como a apropriação por uma certa classe do trabalho produtivo de outra classe

é dedicada ao sustento dos trabalhadores"[7] foi deduzida por Ricardo de seu sistema completo de relações entre variáveis – adiante descrito – sob a suposição simplificadora heróica de que todas as mercadorias são produzidas apenas com o que ele chama "trabalho *desassistido*" (*sem* terra, materiais e equipamentos). Nesse mundo abstrato, conseguiu demonstrar (com palavras, em passos não sequenciais) seu teorema principal sobre a determinação da taxa geral de lucros sobre o capital, que afirma a *igualdade* entre essa taxa (quociente entre lucros e capital) e a "proporção" (inversa) entre a parcela do "trabalho anual do país" que é "dedicada ao sustento dos trabalhadores" e a parcela restante, correspondente aos lucros dos capitalistas. Para demonstrar essa proposição, Ricardo demonstrou antes outra proposição (um *lema* para aquele teorema): os preços "naturais"[8] *relativos* das mercadorias (quocientes entre seus preços, ou "valores de troca") são iguais aos respectivos quocientes entre as quantidades de trabalho requeridas para produzi-las.

Ricardo conseguiu demonstrar seu teorema principal sobre a determinação da taxa geral de lucros sobre o capital

Nessa proposição de Ricardo, recém-citada, ele associa a proporção entre o valor dos lucros agregados e o valor dos salários agregados à *proporção* inversa entre o *trabalho* necessário para produzir a fatia do produto social agregado que cabe à classe dos trabalhadores e a quantidade de trabalho requerida para produzir a fatia restante, produto "excedente" que cabe à classe de capitalistas, proprietários do capital agregado (tendo Ricardo feito abstração de rendas de outras propriedades, como terra, minas etc.). Esta proporção inversa é o que Marx chama em *O Capital* de "grau de exploração", no caso, da força social de trabalho (agregada).

As "proporções" entre fatias do produto agregado que cabem às diversas classes socioeconômicas reaparecem em uma carta a MacCulloch de 13/06/1820 (quando Ricardo preparava a 3ª. edição de seus *Princípios*):

"Afinal, as grandes questões de Renda, Salários e Lucros devem ser explicadas pelas proporções em que o produto agregado é dividido entre proprietários de terra ["*landlords*"], capitalistas e trabalhadores, e que não são ligadas essencialmente com a doutrina sobre valor." (citado por SRAFFA (1951), "Introduction" [aos *Princípios* de Ricardo], *loc.cit.*, p. xxxiii)

Ricardo experimentou dificuldades em articular a distribuição de *valores* (de troca) desse "produto agregado" e de suas "fatias" de salários, lucros e demais rendas na Renda Nacional, com a distribuição do mesmo "produto agregado" concebida como divisão do "trabalho anual do país", que é igual à quantidade de trabalho requerida para produzi-lo.

Além disso, queria determinar a taxa de lucro, na qual entra no denominador o valor do capital – dividido entre "capital circulante" (valor de materiais e salários, pagos adiantadamente) e "capital fixo" (equipamentos e instalações utilizadas na produção) – taxa de lucros que há de ser geral, isto é, uniforme entre a produção de todas as mercadorias (supondo livre mobilidade de capital entre os setores de produção das diversas mercadorias). E tinha que determinar a taxa de lucros simultaneamente com os preços "naturais" relativos de todas as mercadorias, que incluem lucros sobre o capital a essa taxa uniforme. As mercadorias incluem, além de bens de consumo, bens de produção (materiais e equipamentos) consumidos ou utilizados ao longo das cadeias produtivas das mercadorias. Considerou inclusive a *depreciação* do capital fixo na formação daqueles preços, bem como diferenças entre as mercadorias no *timing* de diversas aplicações de capital ao longo da produção (direta e indireta) de cada mercadoria e até o momento de sua venda (com taxa de lucro uniforme, incidindo como juros compostos ao longo das cadeias produtivas). Tinha, ainda que determinar as taxas de salário nominal e real, supostas iguais ao valor ou preço de uma cesta dada de mercadorias com seus respectivos preços. E ainda tinha que articular tais determinações de salários, preços e lucros com a distribuição da Renda Nacional entre salários, lucros e demais rendas. Enfim, tratava-se para Ricardo de determinar tudo isso *ao mesmo tempo*, como se fosse num sistema de equações simultâneas.

Ricardo teve boa intuição das principais relações quantitativas envolvidas em seu "modelo" do sistema econômico, e simplificou heroicamente partes dele para estabelecer suas proposições (teoremas, como queria), mas sem matemática é impossível formular consistentemente tantas relações e obter uma "solução" para o sistema inteiro de "equações", ou a "forma reduzida" do modelo.

O autor teve boa intuição das principais relações quantitativas envolvidas em seu "modelo" do sistema econômico

Esse "modelo" de Ricardo, exposto em seus *Princípios*, foi formalizado matematicamente, em partes e/ou com suposições simplificadoras, por vários autores, como Whewell (*Mathematical exposition of some of the leading doctrines in Mr. Ricardo's "Principles of Political Economy and Taxation"*, 1831) e Dmitriev ("Teoria de valor de David Ricardo: uma tentativa de análise rigorosa", 1904; publicado originalmente em russo, havendo traduções para o francês, inglês e espanhol), entre outros. Sraffa, em sua obra *Produção de mercadorias por meio de mercadorias* (Cambridge Univ. Press, 1960) conseguiu, com auxílio de matemáticos profissionais da Universidade de Cambridge, dar ao sistema de Ricardo uma formulação formalizada em termos bastante gerais (ainda, obviamente, com suposições simplificadoras) e com adendos originais – formulação denominada com propriedade "Neoricardiana", inclusive porque logra articular consistentemente a determinação de preços "naturais" com a determinação da taxa geral de lucro *e* com a distribuição da Renda Nacional entre trabalhadores e capitalistas (tendo sido este o *principal* objeto de investigação por Ricardo).[9]

7 Tal *trabalho necessário* para o "sustento dos trabalhadores" é o resultado da multiplicação das quantidades de meios de subsistência que compõem a "cesta salarial" agregada, pelas respectivas quantidades de trabalho requeridas para produzi-los (por unidade).

8 Conceito de preço "natural" de Smith (que ele distingue de preço "de mercado", ligado a oferta e demanda), sendo preço de equilíbrio ("centro de repouso e permanência" ou nível de "gravitação") de longo prazo – que inclui salários e lucros às respectivas taxas "naturais" gerais (uniformes entre as mercadorias) – supondo livre concorrência no mercado e livre mobilidade de trabalho e capital entre diferentes setores que produzem as diversas mercadorias (vide *Riqueza das Nações*, Livro I, cap. VII). Tal conceito foi adotado por Ricardo, sendo a base de sua teoria sobre determinação de preços relativos (ou "valores de troca"), exposta no capítulo sobre "valor" dos *Princípios* (que sofreu modificações entre a 1ª. e a 3ª. edições). Vide MACEDO, "Surgimento da teoria de Ricardo sobre valor a partir da teoria de Smith sobre preço natural", *Revista da Soc. Bras. Econ. Política*, v. 10, 2002.

9 A formulação "Neoricardiana" de Sraffa, no livro *Produção de mercadorias por meio de mercadorias* (1960), abandona a teoria de Ricardo sobre salários (herdada de Smith) e com ela o conceito de salário como consistindo de uma "cesta" dada de meios de subsistência. Nesse livro, Sraffa não elabora o aspecto "exploração" do sistema Ricardiano, mas – em uma nota contemporânea (1960/1) dos "*Sraffa Papers*" não publicados, citada por BELLOFIORE, "Monetary analyses in Sraffa's writings: a comment on Panico", in Cozzi & Marchionatti, eds. *Piero Sraffa's Political Economy: a centenary estimate*, Routlege, 2001, p.369-70 – ele se refere ao grau de "exploração" (*saggio di sfruttamento*, em italiano) ou "taxa de mais-valor" (*saggio di sopravalore*) como sendo a proporção entre lucros agregados e salários agregados em seu "sistema Padrão", que é um conceito peculiar de seu livro: um sistema de produção social imaginário que funciona como espelho do sistema econômico real, podendo revelar algum aspecto que está neste "escondido". O artigo de MACEDO, "Exploração capitalista de força social de trabalho heterogênea" (*Revista da Soc. Bras. Ecn. Política*, v. 36, 2013) apresenta uma extensão sobre "exploração" da formulação de Sraffa apresentada em seu livro (*op.cit.*,1960) – na qual define "exploração" de forma tal que seu "grau" se determina em função das fatias relativas de salários e rendas de propriedade na Renda Nacional – inclusive com uma versão generalizada que incorpora trabalhos heterogêneos (*skilled* e *unskilled*). As formulações dadas por Smith, Ricardo e Marx ao tratar deste último tema são abordadas em MACEDO, "Trabajo heterogéneo en relación con el valor en Smith, Ricardo y Marx", *Politeia* (revista da Univ. Central de Venezuela), 2016.

RECESSÃO, IMPACTO SOCIAL E CONSEQUÊNCIAS PARA A POLÍTICA NO BRASIL ATUAL

Por Marcio Pochmann

Desde a transição da antiga sociedade agrária para a urbana e industrial, o Brasil percorreu três grandes recessões capazes de abalar parcela significativa da economia nacional. Para além da economia, a sociedade foi profundamente afetada, cujas consequências para a política se mostraram inegáveis.

Nos dias de hoje, após dois anos seguidos de significativo encolhimento econômico provocado pela força da recessão, contabilizam-se impactos sociais imediatamente negativos, como a ampliação do desemprego, da pobreza, da desigualdade de renda, entre outros. Também são frustrantes as expectativas de retomada do nível de atividade pelos agentes econômicos, bem como a mobilidade social ascendente para a classe trabalhadora.

Diante da recessão e suas perversas repercussões no conjunto da sociedade, consideram-se suas principais repercussões para a política no Brasil. Nesse sentido, a identificação de possíveis oportunidades e dificuldades para a melhor atuação partidária.

Para tanto, a primeira parte identifica brevemente aspectos sociais e políticos relevantes das recessões ocorridas anteriormente no Brasil. Na sequência, as possíveis consequências para a política associada à mudança social gerada em meio ao curso da recessão econômica dos dois últimos anos.

Política e mudança social: breve retrospecto das três recessões brasileiras

Os governos procuram distanciar-se da recessão, uma vez que para a política, o resultado tem sido em geral, muito mais favorável às forças oposicionistas. Na primeira recessão do Brasil urbano, entre 1981 e 1983, por exemplo, a ditadura militar esgotou-se sem forças suficientes para evitar a vitória da oposição, mesmo que realizada no âmbito do colégio eleitoral constuído pelo próprio regime autoritário.

MARCIO POCHMANN

Professor do Instituto de Economia e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, ambos da Universidade Estadual de Campinas.

Para a política, o resultado tem sido em geral, muito mais favorável às forças oposicionistas.

Também na recessão de 1990 a 1992, o primeiro governo civil eleito democraticamente após quase três décadas sem eleições presidenciais teve encerrado o seu mandato por força do *impeachment*. Pela recessão iniciada em 2015, o resultado não foi diferente para o segundo governo da presidenta eleita Dilma Rousseff, interrompido abrupta e arbitrariamente na forma de um golpe político.

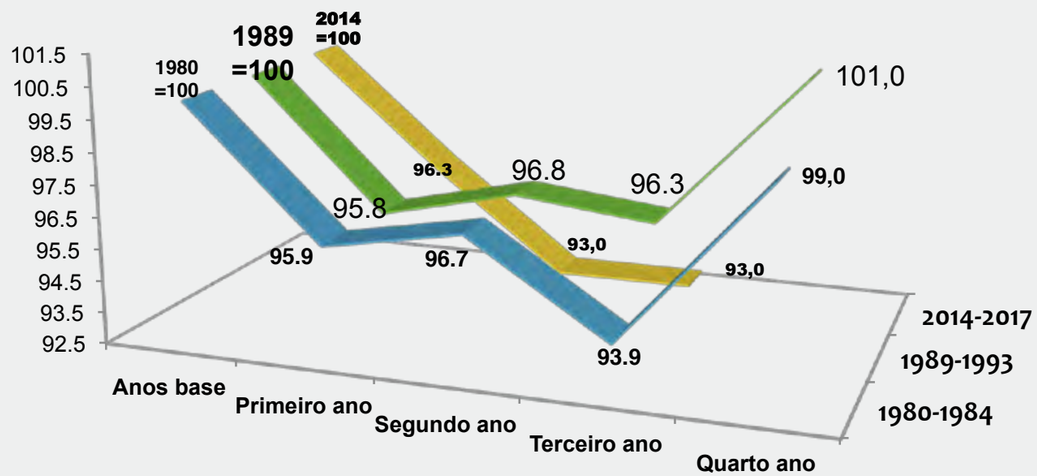
Como a recessão afeta negativamente a economia, prejudicando o ambiente geral dos negócios, acirrando a competição intercapitalista e enfraquecendo a taxa de lucro, os empresários tendem a se distanciar do governo de plantão. Também a classe trabalhadora, com o rebaixamento no nível de emprego e o avanço tanto na precarização dos postos de trabalho como no excedente da mão de obra, converge politicamente para as forças de oposição ao governante condutor do processo recessivo.

Os empresários tendem a se distanciar do governo de plantão assim como a classe trabalhadora

Na recessão do início da década de 1980, por exemplo, o movimento pela redemocratização nacional em oposição ao regime militar existente ampliou ainda mais suas forças, mesmo diante do maior sofrimento humano provocado pelo salto do desemprego, especialmente no se-

tor industrial. Com a crise da dívida externa na época, a recessão adotada pelo governo Figueiredo (1979 – 1985) favoreceu a promoção do ajuste exportador voltado à geração de elevados saldos na balança comercial atrelada ao pagamento do endividamento internacional.

GRÁFICO 1 | Brasil: índice de evolução do Produto Interno Bruto nas três principais recessões



Fonte: IBGE (elaboração própria)

Apesar da recuperação da economia iniciada em 1984, ela terminou não se apresentando sustentável no tempo, pois foi acompanhada do desajuste nas finanças públicas e da superinflação frente ao fechamento da economia à competição externa e aos avanços do progresso tecnológico. Mesmo assim, o resultado disso foi a ascensão do movimento social e trabalhista, com o país registrando a segunda posição no *ranking* mundial em quantidade de greves no ano de 1989, cuja taxa de sindicalização chegou a atingir cerca de 1/3 do total dos ocupados.

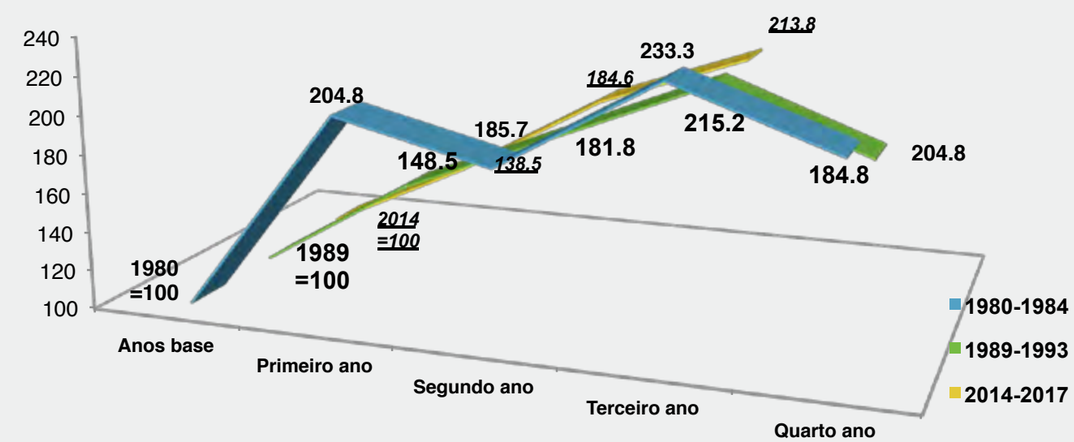
Em síntese, a década perdida de 1980 permitiu a entrada em cena de um novo ator político representado pela classe trabalhadora, com significativa atuação do novo sindicalismo e o inédito crescimento do Partido dos Trabalhadores. A atuação das Comunidades Eclesiais de Bases (CEB's) se mostraram importantes na organização das populações de periferias.

Durante a recessão de 1990 a 1992 que tinha para o governo Collor a finalidade de inserir a economia brasileira na globalização neoliberal, a destruição dos postos de trabalho produziu mais desemprego, pobreza e desigualdade concomitantemente com novo salto na ascensão do movimento social e trabalhista. O fortalecimento da atuação juvenil e estudantil se mostrou significativa, bem como a luta contra o receituário neoliberal por forças progressistas aliadas à gradual formação de uma aliança política mais alargada.

Com isso, a demissão em massa de assalariados situados em postos de trabalho intermediários na estrutura ocupacional das empresas, bem como de empregados em firmas privatizadas, fortaleceu a organização de determinados segmentos sociais, desde trabalhadores sem terra a trabalhadores situados em níveis médios de rendimento. A recuperação econômica verificada a partir de 1993 não se mostrou sustentável no tempo tendo em vista as restrições desfavoráveis impostas pelo Plano Real, o que terminou levando ao quadro de estagnação da renda por habitante ao longo da década de 1990.

Um novo ator político representado pela classe trabalhadora entra em cena na década de 1980

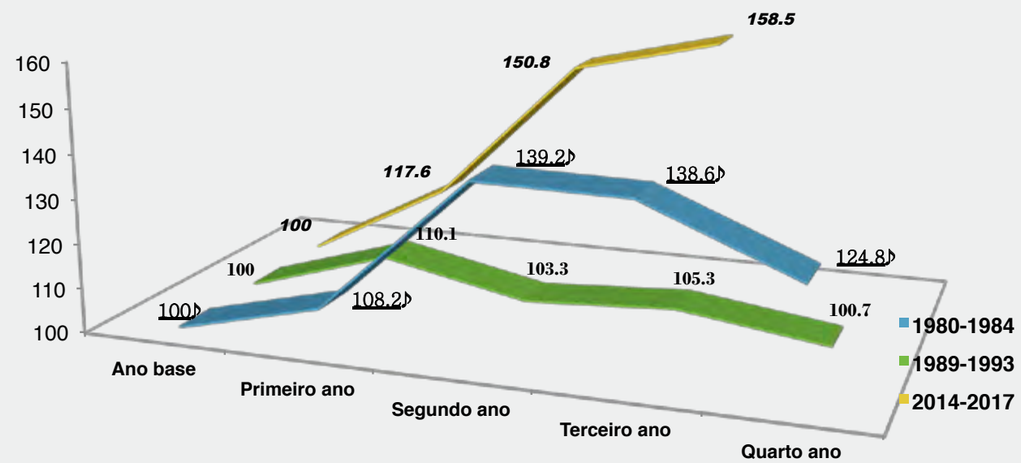
GRÁFICO 2 | Brasil: índice de evolução da taxa de desemprego nas três principais recessões



Fonte: IBGE (elaboração própria)

No caso da recessão instaurada desde 2015, o contexto da grave crise internacional terminou por impor forte restrição na economia brasileira que havia resistido por decisões anticíclicas já adotadas em 2008. Com isso, a trajetória de queda na produção e no nível de emprego tendeu a repetir o mesmo para as variáveis sociais, conforme verificado em outras oportunidades, com o desemprego, pobreza e desigualdade de renda.

GRÁFICO 3 | Brasil: índice de evolução da taxa de pobreza nas três principais recessões



Fonte: IBGE (elaboração própria)

Política e mudança social na recessão atual

O quadro de polarização social aprofundou-se com a recessão desencadeada desde o ano de 2015. De um lado, a degradação da estrutura social herdada da industrialização fordista tem se expressado tanto pela desconstituíção de ampla parcela da classe média assalariada como pelo fortalecimento de um novo segmento de precariados no interior do conjunto da classe trabalhadora, também denominado de "nova classe média".

De outro lado, a tendência da concentração dos ganhos econômicos gerados pela dominância financeira na acumulação capitalista aponta fundamentalmente para uma contida parcela de privilegiados. Essa classe de padrão global tende a deter mais riqueza acumulada do que a somatória de todo o conjunto dos brasileiros.

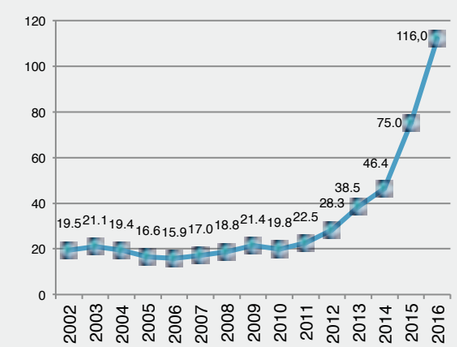
A concentração dos ganhos econômicos gerados pela dominância financeira na acumulação capitalista aponta para uma contida parcela de privilegiados.

Nessa regressão econômica e social desencadeada pela recessão, assiste-se a implementação de uma segunda geração das políticas de corte neoliberal fundamentado em novo padrão de superexploração da classe trabalhadora. Por conta disso, o movimento maior de desestruturação da sociedade salarial, especialmente daquela conformada pela expectativa da medianização interclassista, ou seja, aproximação da base com o cume da estrutura social.

Por conta disso, assiste-se, atualmente, à transição das tradicionais classes médias assalariadas e de trabalhadores industriais para o inédito e extensivo precariado, cuja polarização social permeada pelo espontaneismo com características anárquicas tende a se afirmar. Concomitante com as novas tecnologias de informação e comunicação, as mobilizações sociais e trabalhistas transcorrem acima da setorialização e fragmentação da tradicional organização sindical, o que gera estranhamento e distanciamento entre as estruturas existentes e as formas de mobilização espontâneas.

Evolução do custo do trabalho dólar na indústria da transformação no Brasil em relação ao dos EUA (em %)

Evolução do custo do trabalho dólar na indústria da transformação na China em relação ao do Brasil (em %)



Fonte: BLS/EUA (elaboração própria)

O vazio proporcionado pela desindustrialização vem sendo ocupado pela chamada sociedade de serviço, o que constitui, neste sentido, uma nova perspectiva de mudança estrutural no mundo do trabalho. Com o esvaziamento da regulação social e trabalhista, as promessas de modernidade trazidas pelo receituário neoliberal constituem o novo padrão de superexploração do trabalho, cujo predomínio de baixos rendimentos tem sido uma marca especialmente quando comparado com o custo do trabalho em outros países, como os Estados Unidos e China.

As promessas de modernidade trazidas pelo receituário neoliberal constituem o novo padrão de superexploração do trabalho

Mesmo pela pontual expansão dos setores agrários e de exportação, percebe-se o sentido de Brasil que emerge dessa grave recessão. Sem poder contar com as forças do seu mercado interno, mutiladas pela condução da po-

lítica econômica do governo Temer, sobressaem os múltiplos e individualizados interesses regionais em conexão cada vez maior com o exterior, o que termina por reconstituir a velha figura do arquipélago de regiões sem a existência de um centro dinâmico e integrador do nacional.

Por conta disso, não causa estranheza reconhecer que nos dias de hoje, os ricos e privilegiados miram-se cada vez mais no exterior. Tem sido comum, por exemplo, empresários, ministros de Estado e até presidentes do Banco Central continuar a receber suas remunerações no Brasil, embora mantenham suas famílias no exterior.

O autoexílio dos interesses da nação que se fortalece pelo insulamento de vontades individuais rebaixadas e pelas posições egoístas do rentismo financeiro encontra, em contrapartida, a construção de práticas alternativas por novos segmentos sociais. A confiança na mudança social decorre da forma diferente de assumir riscos e se organizar por valores de envolvimento e identidades que rejeitam a cultura convencional.

Com a percepção de que o futuro está fora do controle de curto prazo, a experimentação de práticas alternativas aponta para a sucessão de dinâmicas diferentes de organização da atuação politica tradicional. Pela cultura de atuação em rede, parcela crescente da classe de trabalhadores de serviços projeta cada vez mais um horizonte de mudanças sociais não mais estruturadas pela hierarquia de comando e a unidade de ação política.

Constata-se nas manifestações sociais e trabalhistas a presença de novas práticas de atuação política

Considerações finais

Um dos principais dínamos da mudança social brasileira encontra-se no acirramento da correlação de forças políticas provocado pela gravidade das recessões. Justamente após cada experiência de regressão na economia nacional, conforme observado no inicio de 1980 e de 1990, assistiu-se, não apenas a queda do governo de plantão, como o salto ascensional do movimento social e trabalhista.

Nesse sentido, o grave encolhimento no nível atual de produção no país tem sido acompanhado do crescente desemprego e empobrecimento da população. Concomitantemente, Constata-se nas manifestações sociais e trabalhistas a presença de novas práticas de atuação política, cada vez mais presente no interior da nova classe de trabalhadores de serviços, possivelmente protagonizadora das mudanças sociais que se avizinham no horizonte político brasileiro.

Artigo
Fabrício Augusto

O crescimento, a política econômica e a reforma tributária

Por Fabrício Augusto

O Brasil precisa urgentemente de voltar a crescer. Caminhando para o terceiro ano consecutivo de uma aguda e prolongada recessão, considerando que existem evidentes sinais e projeções que já começam a ser feitas pelo próprio governo de que dificilmente se colherá algum resultado positivo no crescimento em 2017, devido à crise política e à inação da política econômica, mais de 14 milhões de trabalhadores se encontram sem emprego, número que ultrapassa os 20 milhões se se considera os que se encontram na condição de subempregados.

Desde que assumiu, em maio de 2016, o governo Temer e sua equipe econômica, comandada pelo ministro Henrique Meirelles, têm vendido para a população o mantra de que o crescimento só pode retornar com a realização de um ajuste fiscal convincente para trazer os investimentos de volta à economia. Não bastasse a falácia deste argumento de que nada há a fazer para a retomada do crescimento, como se o capital produtivo, nas suas decisões de investimento, não levasse nada mais em conta, além das condições financeiras do Estado, as medidas de austeridade que têm sido adotadas para essa finalidade, como a do corte dos gastos públicos primários com a PEC-55, retiraram ainda mais forças da atividade econômica. Como consequência, as receitas públicas continuam despencando, em termos reais, indicando que nem mesmo a meta de obtenção de um déficit primário de R$ 139 bilhões em 2017 deverá ser atingida.

As medidas de austeridade retiraram ainda mais forças da atividade econômica

A verdade é que, apesar da inflexão na contração do PIB registrada no primeiro semestre deste ano, quando houve um crescimento de 1%, após oito trimestres seguidos de queda, e da comemoração feita pelo governo de

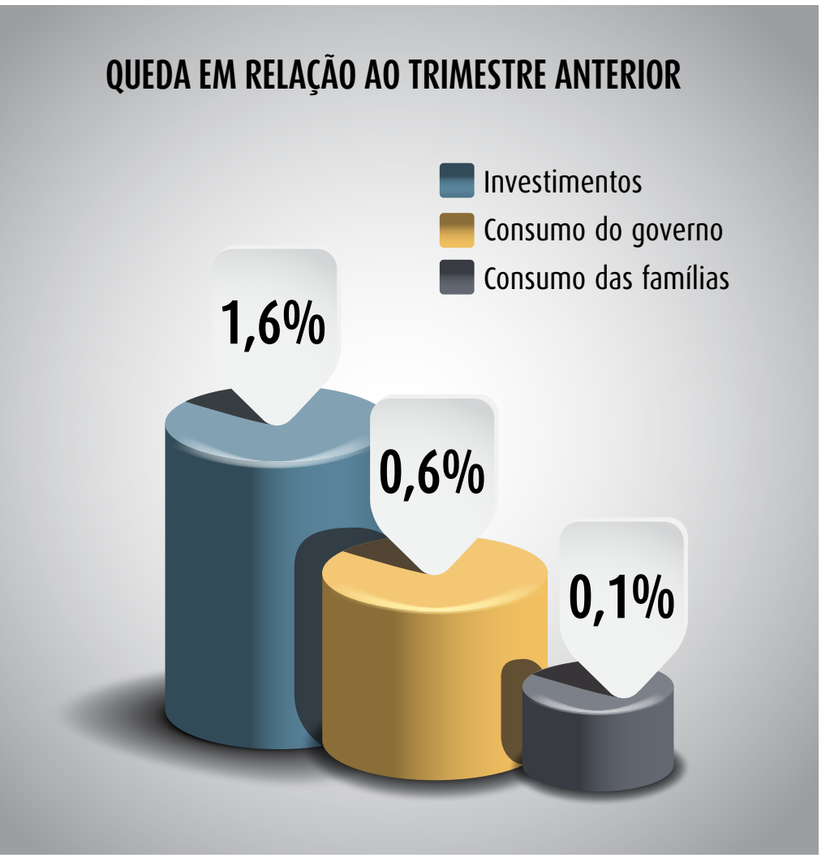
FABRÍCIO AUGUSTO

Doutor em economia pela Unicamp

que a economia está sendo colocada nos "trilhos", nada disso pode ser atribuído à política econômica e nem visto como o início de um processo sólido de recuperação do crescimento econômico. Isso, por algumas importantes razões.

Em primeiro lugar, por que o crescimento registrado no trimestre ocorreu sobre uma base bastante deprimida, a do último trimestre de 2016, e, quando comparada ao mesmo período do ano anterior, também deprimida, registrou-se um recuo de 0,4%, com a economia mantendo-se no mesmo patamar de 2010. Em segundo, por que tal crescimento foi alcançado graças ao desempenho espetacular do agronegócio, que conheceu uma expansão de 13,4%, visto pela ótica do produto devido à melhor safra agrícola, e, pelo lado da demanda, às exportações, com crescimento de 4,8%, favorecidas, também, pela valorização cambial. A menos que São Pedro tenha passado a fazer parte do corpo técnico da política econômica, nada a ela pode ser creditado na obtenção deste resultado.

Em contrapartida, tanto o consumo das famílias quanto o do governo, assim como os investimentos, principais componentes da demanda agregada, que respondem por mais de 90% do PIB, continuaram em queda: para o primeiro, registrou-se uma contração de 0,1% em relação ao trimestre anterior; para o segundo, de 0,6%; e para os investimentos, de 1,6%. A diminuição na intensidade da queda destes componentes em relação aos períodos anteriores se explica mais pelo avanço do estreitamento de sua base do que propriamente pelo mérito da política econômica em curso, como tem sido saudado pelo governo. E mais grave: não existem à vista, no cenário atual, sinais de maior reação nem do consumo das famílias, nem dos empresários de que voltarão a investir, o que pode ser confirmado pelo declínio e os reduzidos índices de confiança destes setores na economia. E, como pouco se pode contar com os gastos do governo diante do ajuste esquizofrênico que vem realizando, em meio a uma recessão, não constitui nenhum exagero deduzir que, pelo menos por enquanto, os caminhos da recuperação continuam bloqueados.



Não existem à vista, no cenário atual, sinais de maior reação nem do consumo das famílias, nem dos empresários de que voltarão a investir

A este respeito, mesmo a redução da taxa nominal de juros, a Selic, de 14,25% para 10,25% entre outubro de 2016 e maio de 2017, apontada como um importante fator para o crescimento econômico, tem sido exagerada. Isso porque a inflação tem recuado a uma velocidade bem maior que a taxa de juros nominal, significando que, em termos reais, essa tem se elevado. De fato, em maio de 2016, quando Temer assumiu o governo, o IPCA, no acumulado de 12 meses, atingiu 9,32%, enquanto a Selic se encontrava em 14,25%. Em maio de 2017, a primeira havia se reduzido para 3,6% (queda de 61%), enquanto a taxa Selic recuara apenas 28%. Além disso, a rápida queda da inflação, que pode se situar abaixo de 3% no final do ano, saudada pelo governo como grande conquista da política econômica, explica-se, em parte, pela perda de vida do consumo e dos investimentos resultante dos efeitos da recessão e, em parte, pela redução da correção dos preços monitorados e pela favorável safra agrícola colhida neste ano. Mesmo a calmaria registrada no front externo, com o país voltando a colher superávits na balança de transações correntes, não deixa de ser em boa parte fruto também da recessão.

Se nem o quadro macroeconômico se mostra animador para o crescimento, nem a política econômica tem se mostrado competente para enfrentar os desafios de correção e remoção de seus problemas estruturais, obcecada com a questão e o mito do ajuste fiscal, em meio à recessão, para agradar o mercado financeiro, o governo, com as denúncias de corrupção envolvendo boa parte de seus membros e o próprio presidente da República, se encarregou de apagar as tênues luzes de esperança que ainda insistiam em indicar que o sol do crescimento poderia voltar a brilhar no país, e de empurrar a economia para um beco sem saída. Independentemente dos desdobramentos da atual crise política, sua solução levará tempo e, quando essa acontecer, com Temer ou sem Temer à frente do governo, a economia poderá estar ainda mais destroçada pela inevitável paralisia no campo econômico e político que deve reinar no país, neste período, e sem chances de reverter, pelo menos até o final do atual mandato presidencial, as expectativas pessimistas dos agentes econômicos que hoje predominam no cenário.

Se nada de extraordinário ocorrer, e não existe nenhuma razão ou motivo para se acreditar nisso, os planos para uma retomada consistente do crescimento econômico se encontram definitivamente adiados para 2019, sob o comando de um novo governo, devendo, até lá, o Brasil continuar amargando uma das maiores, mais profunda e mais prolongada recessão (seguida de estagnação) de sua história, com toda as suas consequências sociais causadas pelo maior desemprego, o encolhimento do colchão de proteção social do Estado, dada a atual encrenca fiscal, pela miséria e fome de parte da população mais pobre. Isso porque, sem o crescimento econômico, não é possível sustentar minimamente o emprego, nem garantir recursos suficientes para que o Estado cumpra o seu papel social de mitigador da crise, por meio da expansão da oferta de políticas públicas. Isso só seria possível caso se realizasse uma reforma tributária de emergência que taxasse a população mais rica, possibilidade descartada e tornada inviável no atual governo, como ocorreu com os governos anteriores.

Os planos para uma retomada consistente do crescimento econômico se encontram definitivamente adiados para 2019

Por sinal, a reforma tributária, ignorada por todos os governos do período pós-redemocratização, sejam de direita ou de esquerda, deve figurar como peça-chave de qualquer projeto de desenvolvimento que venha a ser desenhado por um novo governo. Tal como se encontra estruturado na atualidade, o sistema tributário opera, no Brasil, como instrumento anticrescimento, antiequidade

e antifederação, na contramão de todas as recomendações formuladas pela teoria econômica sobre as vantagens de uma política tributária adequada para os objetivos do desenvolvimento. Entorpecidos pelas vozes diáfanas do mercado, os sucessivos governos que comandaram o país desde o fim da ditadura – Sarney, Collor, FHC, Lula, Dilma, e agora Temer -, passaram a utilizar o sistema de impostos como mero instrumento de ajuste fiscal, aumentando suas distorções e esterilizando boa parte de seus recursos com o pagamento dos juros da dívida, transformando-o num dos piores sistemas do mundo.

Embora os caminhos do crescimento não se abram apenas com a realização de uma reforma tributária, por não serem poucos os problemas estruturais que o país enfrenta, não há discordância sobre a sua importância para este objetivo. A remoção ou atenuação dos impostos cumulativos em sua estrutura aumentaria o poder de competitividade da produção nacional, assim como a melhor redistribuição de seu ônus entre os membros da sociedade, explorando mais a tributação direta – renda e patrimônio – e reduzindo o peso da tributação indireta, teria papel relevante para reduzir as desigualdades de renda, fortalecer a função-consumo e o mercado interno, com ganhos para os investimentos e um crescimento econômico mais consistente. Da mesma forma, uma melhor e mais equilibrada redistribuição de receitas e encargos entre os entes federativos poderia contribuir significativamente para alavancar investimentos nas esferas estaduais e municipais, favorecendo o crescimento e a oferta de serviços essenciais para a população.

Pelo seu caráter de urgência, a reforma poderia começar pela tributação direta, na qual há um vasto campo para ser explorado, considerando que no Brasil constitui pecado capital cobrar impostos dos mais ricos e da riqueza financeira, visando obter melhores condições para se avançar na reforma da tributação indireta na qual são maiores os conflitos federativos, juntamente com a necessidade de garantir recursos para o financiamento das áreas sociais. A majoração da alíquota-teto do imposto de renda de 27,5%, uma das menores do mundo mais civilizado, juntamente com a inclusão entre os rendimentos tributáveis levados à tabela progressiva, de rendas hoje isentas ou suavemente taxadas, caso dos lucros e dividendos e das aplicações financeiras em geral, assim como a criação de um imposto mais efetivo sobre o patrimônio, poderiam fornecer recursos não somente para mitigar o quadro dramático do atual desajuste fiscal mas também para a composição de fundos compensatórios para a reforma da tributação indireta.

Sabe-se não ser uma tarefa fácil por envolver os ricos e poderosos no financiamento do Estado. Mas o único caminho possível se se pretende criar as bases para um projeto de crescimento consistente combinado com uma política sustentável de inclusão social. Se Lorde Keynes, um economista assumidamente liberal, defendeu os impostos progressivos como meio para corrigir um dos grandes defeitos do capitalismo, a má distribuição de renda, com o objetivo de fortalecer a demanda efetiva, essencial para o investimento, não há nenhuma razão para que este tema continue sendo tratado como tabu, principalmente pelos governos de esquerda, que simplesmente não lhe deram, até o momento, a menor atenção.

A remoção ou atenuação dos impostos cumulativos teria papel relevante para reduzir as desigualdades de renda, fortalecer a função-consumo e o mercado interno

Artigo
Roberto Castello Branco

PARA ONDE VAI A ECONOMIA BRASILEIRA?

Por Roberto Castello Branco

Estamos diante de dois sérios problemas: a sustentabilidade da dívida pública e a perspectiva de quase estagnação. Diferentemente dos anos 80, no curto prazo os riscos de hiperinflação e de crise de balanço de pagamentos são infinitesimais.

A relação dívida pública/PIB chegou a 71,7% em março de 2017 e está em trajetória explosiva. De acordo com projeções do Instituto de Finanças Independente (IFI), assumindo crescimento médio real do PIB de 2,1% e de 1% na folha de pagamento do governo em 2018-2030 e a reforma da previdência – no formato pós mudanças no projeto original - o superávit primário nas contas do governo só reapareceria em 2023 e a relação dívida pública/PIB, após ultrapassar a barreira dos 90%, começaria a se estabilizar a partir de 2024.[1]

Em 1980, o PIB real per capita do Brasil representava 29% do americano, 170% o do Chile e 210% do coreano. Depois de 35 anos, retrocedemos para 21% do PIB real per capita dos EUA, 70% do Chile e 45% da Coreia do Sul.

Entre 1990 e 2015, doze países mais do que dobraram o PIB real per capita: Chile, Peru e Uruguai na América do Sul, Cingapura, China, Coreia do Sul, Índia, Indonésia, Malásia e Taiwan na Ásia, e Irlanda e Polônia na Europa[2]. Já o Brasil, que cresceu a 1,4% ao ano, igual ao crescimento de economias ricas, como Alemanha, Reino Unido e Suécia, precisaria de 50 anos para duplicar o PIB real per capita.

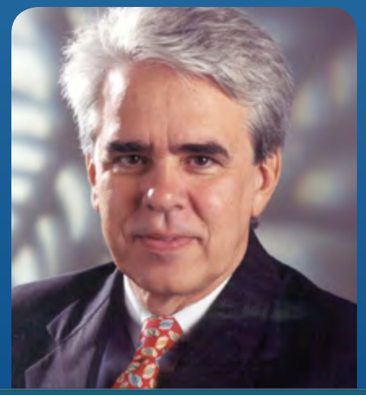
O Brasil precisaria de 50 anos para duplicar o PIB real per capita.

Tal como o Brasil, essas 12 economias sofreram o impacto de três recessões globais - 1991, 2001 e 2008/9 - e das crises financeiras do Sudeste Asiático (1997), Rússia (1998), Global (2008) e União Europeia (2011/2012). Não podemos alegar a influência de fatores externos como causa principal do fraco desempenho.

Os ciclos recessivos nas economias emergentes costumam não ser neutros com respeito à tendência de crescimento econômico, deslocando-a para uma trajetória de expansão mais lenta[3]. A crescente intervenção do Estado na economia brasileira introduziu muitas distorções, que provocam má alocação dos recursos e queda da produtividade. Se considerarmos também que o bônus demográfico se esgotará em alguns anos, a nova tendência de crescimento do PIB real per capita tende a ser mais próxima de 1% ao ano, muito pouco para uma economia de renda média com elevado grau de desigualdade.

1 Instituto de Finanças Independente (IFI), Relatório de Acompanhamento Fiscal, junho 2017.

2 Entre 1995 e 2015, Estônia, Letônia e Lituânia mais do que dobraram o PIB real per capita.



ROBERTO CASTELLO BRANCO

Doutor em Economia pela FGV/EPGE e
Post Doctoral Fellow, Universidade de Chicago
Diretor do Centro de Estudos em Crescimento e
Desenvolvimento Econômico da Fundação Getúlio Vargas

A crescente intervenção do Estado na economia brasileira introduziu muitas distorções, que provocam má alocação dos recursos e queda da produtividade.

Nossas principais fraquezas residem no capital humano e na produtividade total dos fatores (PTF), extremamente importantes para o desenvolvimento econômico. Apesar de progressos, a média de anos de escolaridade de nossa força de trabalho é inferior à de outras economias emergentes da América Latina e Ásia. Quanto à qualidade, os resultados de nossos estudantes nos exames do PISA, entre os 10 piores entre 70 países, evidenciam nossas deficiências. Por exemplo, em matemática, 70% dos jovens brasileiros não conseguiram atingir o nível básico de proficiência.

Houve forte queda da PTF nos anos 80, seguida por lento crescimento em 1990-2010 e por nova redução nesta década, o que nos distanciou da fronteira global de eficiência[4]. Quando comparado a outras economias emergentes, o Brasil possui grande concentração de pequenas empresas que não se expandem com a idade. Isto sugere que não funciona bem a saudável seleção darwiniana, em que as firmas menos eficientes desaparecem e recursos são realocados para as mais eficientes que tendem a crescer.

Reformas estruturais são essenciais para a estabilização da relação dívida/PIB e a aceleração do crescimento econômico no longo prazo. A experiência revela que o melhor momento para a realização de reformas é durante uma recessão ou estagnação prolongada. A sociedade começa a perceber sua necessidade e os grupos de interesse se enfraquecem. Assim foi no Reino Unido nos anos 80 e na América Latina na década seguinte, e poderia ser no Brasil de 2016/2017.

A experiência revela que o melhor momento para a realização de reformas é durante uma recessão ou estagnação prolongada.

O governo Temer, com uma equipe econômica de alta qualidade, maioria no Congresso e intenções reformistas, apresentava-se como potencial promotor de transformações, apesar do mandato relativamente curto. Como consequência, as expectativas mudaram, acarretando queda das taxas de juros reais.

Entretanto, pouco se avançou e os progressos obtidos foram às custas de concessões que dificultam o ajuste fiscal, como a elevação de salários de servidores públicos

3 Veja, por exemplo, Gopinah, G. e Aguiar, M., Emerging Market Business Cycles: The Cycle is the Trend, Journal of Political Economy (105), pp. 69-102, 2007.

4 Veja,Ferreira., P. e Veloso, F., Desenvolvimento econômico, Ed. Campus (2013), e Bonelli, R. e Castelar, A., A anatomia da produtividade no Brasil, FGV/IBRE, Ed. Elsevier (2017).

federais, cuja folha havia aumentado em termos reais em 3,1% ao ano entre 1996-2016 e já eram superiores aos pagos pelo setor privado. De substantivo tivemos somente a aprovação da PEC do teto dos gastos – cujo cumprimento requererá a aprovação da reforma previdenciária e profundos cortes de gastos - e as novas normas operacionais do BNDES juntamente com a substituição gradual da discricionária TJLP pela TLP, que refletirá os custos de captação do Tesouro Nacional.

A Petrobras passa por processo de reestruturação depois de quase ter ido à falência em 2014/15, e foi realizada limpeza da lista de beneficiários de programas sociais, o que poupará alguns bilhões de reais de dinheiro público que antes eram canalizados para quem não precisa ser ajudado pelo Estado.

As pressões das corporações sindicais e estatais têm prevalecido sobre argumentos racionais baseados em evidências concretas de que o atual regime da previdência social é insustentável, conseguindo bloquear sua aprovação até agora.

Com um Presidente da República enfraquecido por graves acusações de corrupção e "pouco a oferecer e muito a pedir", conforme comentou um governador de Estado, a probabilidade da realização de reformas substantivas diminuiu sensivelmente.

As recentes decisões do TSE e STF sugerem leniência no combate à corrupção, fato profundamente negativo. A corrupção é moralmente inaceitável, fere a democracia e causa danos significativos para as finanças públicas, a distribuição de renda e o crescimento econômico. A operação Lava Jato é extremamente importante pois a punição de corruptos eleva o risco da prática dessa atividade criminosa, concorrendo para reduzir sua atratividade.

As perspectivas negativas sobre as reformas produzem ambiente de incertezas que dificultam a recuperação da recessão. As taxas de juros reais tendem a se elevar, as empresas postergam investimentos e a realocação de recursos entre firmas e indústrias, elemento fundamental para o crescimento da produtividade, é limitada.

As reformas vão ter que esperar 2019 e um novo Governo sem a mancha da corrupção e com credibilidade e coragem para desagradar as corporações de funcionários públicos, sindicatos e associações de empresários.

É indispensável uma reforma da previdência mais profunda, que contemple a desindexação de aposentadorias ao salário mínimo e retire privilégios de funcionários públicos. O setor público terá que ser reestruturado para a eliminação de desperdícios de recursos da sociedade.

A privatização de estatais e a minimização do crédito subsidiado e de isenções fiscais conduzem simultaneamente à redução da dívida pública e ao aumento de produtividade.

Empresas estatais são movidas por incentivos que não levam à maximização de eficiência e até antagonizam esse objetivo. Costumam ser utilizadas por governos como instrumento político para atividades estranhas ao seu objetivo social, abrigar apadrinhados e atuar como fontes de corrupção.

O mercado de capitais deve ser privatizado, com redução significativa do tamanho do BNDES, o fim do FI-FGTS e mudança na alocação das contribuições para o FGTS. Nossa proposta é que os novos fluxos sejam depositados em contas individuais dos trabalhadores, que teriam a liberdade de escolher sua alocação, se em fundos geridos por instituições privadas ou continuar a receber TR mais 3% ao ano.

A corrupção é moralmente inaceitável, fere a democracia e causa danos significativos para as finanças públicas, a distribuição de renda e o crescimento econômico.

Beneficiários de crédito subsidiado e/ou de isenções fiscais são estimulados a realizar projetos de baixo retorno, concorrendo para a diminuição da produtividade agregada. Ademais, tais medidas se constituem em fontes de "rent-seeking" e corrupção.

O Brasil é no mundo uma das economias mais fechadas ao comércio internacional, impondo-se sua abertura via remoção de barreiras, como a abolição das cláusulas de conteúdo local.

Numa economia fechada, como a brasileira, fica mais restrita a absorção de tecnologia moderna e as empresas não se expõem à competição global, o que remove incentivos para o aumento de produtividade.

Numa economia aberta há o estímulo à inovação e aos ganhos de produtividade. Adicionalmente, existe a realocação de recursos das companhias menos eficientes, que encolhem ou desaparecem, para as mais eficientes, que se expandem, elevando a produtividade da economia.

O investimento em infraestrutura é fundamental, mas as regras para licitações e operações de concessões devem ter regras pautadas pela busca da eficiência e respaldadas por segurança jurídica.

As licitações e concessões devem ser pautadas pela eficiência e respaldadas por segurança jurídica.

A reforma da educação deve focar no treinamento de professores, na concessão de bônus aos de melhor performance e na criação de "vouchers ", que permitam o acesso de crianças pobres às escolas privadas de boa qualidade.

Estamos num momento crítico. Trata-se de optar por continuar com a Velha Política e as políticas públicas do passado, que nos garantem instabilidade macroeconômica e estagnação por menos corrupção e menos Estado na economia em troca de estabilidade macroeconômica e prosperidade no longo prazo.

A responsabilidade social tem como condição necessária a responsabilidade fiscal. Um programa de crescimento da produtividade é o melhor programa de combate à pobreza.

Artigo
Luís Paulo Rosenberg e Leonardo França Costa

BRASIL, ROTEIRO PARA PRINCIPIANTES

Por Luís Paulo Rosenberg e Leonardo França Costa

O processo de modernização de um país não se dá sem desafios e, com o Brasil, não haveria de ser diferente. Desde o processo de redemocratização, na década de 1980, até os dias de hoje, o país superou diversas crises e entraves na marcha para uma sociedade mais equânime e próspera. O Governo Sarney foi o pacificador do processo democrático, desenhando e colocando em prática a Constituição Cidadã, em 1988; o Governo Collor ensaiou um processo de abertura comercial, alinhando-nos ao processo de globalização da época; os governos de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso domesticaram a sanha inflacionária, que se temia ser uma doença insanável no Brasil; os Governos de Lula e Dilma pavimentaram a entrada de uma enorme massa popular às cadeias de consumo e educação. Contudo, a cronologia simples dos fatos pode esconder gargalos ainda existentes ou diminuir acertos mais contundentes nesta caminhada para a modernidade.

Foquemos na inflação, então, como fio condutor de uma análise mais detida do processo. Foram precisos longos anos de esforço para o seu controle; diversos planos econômicos foram malfadados nesta empreitada, com a corrosão do capital político do Presidente Sarney, que acreditava ser possível combatê-la com sorrisos, fiscais e congelamentos. A primeira eleição presidencial direta após o fim da ditadura não se deu sem sobressaltos, com enorme difusão de postulantes ao cargo. Sem apoio sólido no legislativo e vendo fracassar novas medidas de combate à inflação, a breve presidência de Collor contou com poucos feitos, com destaque para a abertura comercial e de elevação da exasperação popular.

Um processo de impeachment alçou Itamar Franco à presidência. Se a volatilidade de ministros da Fazenda marcou o período, a adoção do Plano Real foi capaz de pôr fim ao descontrole inflacionário, calçando a estrada presidencial em favor da eleição de Fernando Henrique Cardoso. Baixado o oceano inflacionário, o governante tucano precisou lidar com os diversos esqueletos de um longo período de descontrole de preços, com destaque para o enorme esforço fiscal que seria preciso para manter o ajustamento introduzido pela nova moeda - dentre diversas medidas, fora preciso recorrer ao financiamento internacional.

A eleição de Lula acarretou renovada incerteza: um governo de

LUÍS PAULO ROSENBERG

Bacharel em Economia pela Universidade de São Paulo, com Mestrado e Doutorado em graus de Economia pela Vanderbilt University at Nasville, Tennessee (EUA). Diretor e sócio da Rosenberg Partners Consultores Empresariais Ltda e Rosenberg Consultores Associados. Presidente da Rosenberg Consultoria.

LEONARDO FRANÇA COSTA

Economista formado pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP). Trabalha com análise de conjuntura econômica e elaboração de cenários macroeconômicos de curto e longo prazos. Acompanha mais atentamente as áreas de inflação e Economia Internacional.

esquerda daria cabo do roteiro de sensatez da política econômica no seu nascedouro? Seguindo à risca a Carta aos Brasileiros, o País, sob a batuta de Lula, foi capaz de incorporar uma enorme massa popular ao mercado de trabalho e ao consumo, bebendo da fonte de pujante crescimento internacional, sempre fiel às medidas de ajuste previamente introduzidas. Política monetária e cambial de Direita, e gasto público de Esquerda, eis o binômio tropicalista de Lula para alavancar os bons ventos dos preços internacionais favoráveis às nossas exportações.

A crise financeira internacional e a sequente debilidade do crescimento global foram o ponto de ruptura com o qual lidamos até os dias de hoje. Todo o arcabouço técnico e teórico da década de 1990 foi posto de lado em favor de políticas contra cíclicas em favor da sustentação do crescimento recém-conquistado. O efeito desejado foi modesto em relação ao montante de lenha queimada no processo. Apertaram-se os botões das renúncias fiscais e da aceleração do crédito estatal.

A postulante de Lula, advogando pela continuidade das políticas de seu predecessor, chegou à presidência nos estertores destas políticas contra cíclicas. Sempre em busca do maná do crescimento como ópio aos desajustes, Dilma espalhou os tentáculos do Governo através do controle de preços e atabalhoadas tentativas de investimento, acelerando as medidas tomadas logo após o advento da crise internacional. A perda de credibilidade do Governo pairava como um ectoplasma sobre a economia. Antes da demanda agregada recuar, já os bancos cortavam credito, empresários engavetavam projetos e famílias retrancavam-se, todos apoiados na experiência passada, quando a mobilização de déficit fiscal com congelamento de preços básicos para fomentar o crescimento sempre conduziu ao colapso.

As revoltas populares de 2013 antecipavam a enxurrada de descontentamento que se daria nas urnas, em 2014 - com a maior renovação legislativa da história recente e o aumento da polarização política, com vitória magra de Dilma para um segundo mandato.

Novo Governo, novas medidas. Ao retirar-se do debate acerca dos problemas postos pela conjuntura econômica, Dilma entra para seu segundo Governo enfraquecida. A alta polarização política que marcou o período eleitoral encarou com estranheza a mudança de rota que caracterizou a troca de comando do Ministério da Fazenda, com a chegada de Joaquim Levy. Não obstante, Levy deu início ao processo de retomada da racionalidade na economia. O fim do represamento de preços, o fechamento das torneiras do crédito público e o reconhecimento de passivos fiscais foram as medidas mais emblemáticas - sendo que a última seria a corda que daria o laço do impeachment de Dilma, no ano passado.

A correção violenta de câmbio, derivados de petróleo e energia elétrica turbinaria a inflação, que volta aos dois dígitos, depois de quase duas décadas de contenção. Com os agentes econômicos cada vez mais ressabiados, a produção encolhia, semeando a mais perversa combinação de repique inflacionário e recessão prolongada. Sem oferecer perspectiva e em ritmo frenético de autofagia, Dilma foi deposta e Temer herdou a presidência, embalando a carência do discurso reformista e se vendendo como alternativa rápida e viável ao momento obscurantista de Dilma.

Sem sinal pujante de retomada da atividade econômica, o novo Governo se cercou de técnicos qualificados e traçou a rota para saída da crise: reformas. O reconhecimento da necessidade de um limite fiscal se deu pela aprovação de emenda constitucional que estabelece um teto ao gasto público, aprovado com celeridade e servindo de demonstração da força de Temer perante o Legislativo. Deste modo, montou-se o palco para a reforma da Previdência, sem a qual se inviabiliza o teto de gastos no longo prazo, reduzindo a política fiscal ao pagamento de pensões ao crescente contingente de aposentados, gerados pelo amadurecimento da população brasileira.

A política monetária assume uma feição agressiva: apesar da demanda deprimida e da digestão progressiva e natural do reajuste de preços básicos, os juros foram mantidos em níveis reais assustadores. Aos críticos, o Banco Central retrucava com um " é melhor errar por excesso do que por falta", espichando a recessão mais longa de nossa História.

Deixando de lado a contagem de corpos, o fato é que a inflação atualmente bordeja o limite inferior da banda permitida. Não há qualquer preço artificial na economia brasileira. Vários indicadores sugerem que a recuperação está se moldando, apenas discute-se seu vigor. Isto tudo, em um cenário de otimismo mundial, com Estados Unidos e Europa dando sinais de robustez e a China administrando (só Deus e o Partido sabem como) as contradições internas que o breque no crescimento do PIB há de ter semeado lá. E a cereja do sorvete: todo o processo de superação da crise política que começou no Governo Dilma se faz sem perda de reservas: pelo contrário, estamos sentados no maior nível da nossa História, algo absolutamente inédito no currículo brasileiro: escassez de crescimento, sobra de dólares.

A inflação atualmente bordeja o limite inferior da banda permitida

Muitos lamentam que no momento em que temos em vigor uma emenda constitucional capaz de reverter a expansão do setor público, a inflação prostrada e o crescimento revigorando-se, vem uma Lava Jato e ameaça destruir todas estas conquistas com trocas sucessivas de comando. Bobagem: os ganhos de credibilidade internacional, de eficiência na alocação de recursos e de motivação competitiva que a criminalização da maracutaia aporta têm um efeito estrutural sobre a produtividade da economia brasileira muito maior do que a impedância gerada pelo desalento de nos sabermos governados primordialmente por contraventores. Vem aí a eleição de 2018, com o potencial de fazer uma varredura radical no entulho corrupto que nos governa há décadas.

Inegável: as bases de mudança dão sinais de solidez. A invencibilidade da inflação, a intocabilidade do gasto público, a imutabilidade da CLT, a impunidade do primeiro escalão são alguns dos tabus que o trator da modernidade vem se encarregando de aplastar. A racionalidade fiscal é irreversível, a despeito do atraso imposto pela crise política mais recente, com o debate da reforma do sistema previdenciário sendo o maior expoente da impostergável necessidade de ajustes.

Os desafios postos pelas diversas crises, pretéritas ou presentes, mais reforçam do que ameaçam a solidez de nossa democracia

De modo que, a nossa breve história democrática sinaliza que um governante estroina pode até fazer um dente na curva de crescimento da racionalidade econômica, mas não é capaz de nos jogar numa aventura bolivariana ou em devaneio militarista. Se antes vivíamos em simbiose com o descontrole da inflação e o inefável risco de um calote internacional, hoje é patente o repúdio a estas alquimias e evidente o respeito crescente à restrição do gasto público.

Finalmente, muito se ouve falar, ainda que jocosamente, que o Brasil não é para principiantes. Contudo, o País não mais encara seus desafios como principiante. Avanços políticos, sociais e econômicos têm sido a tônica das últimas décadas, enquanto os desafios postos pelas diversas crises, pretéritas ou presentes, mais reforçam do que ameaçam a solidez de nossa democracia.

Artigo
Fernando Ferrari

UMA PROPOSIÇÃO DE POLÍTICA MACROECONÔMICA PARA A ECONOMIA BRASILEIRA

Por Fernando Ferrari

Este artigo é uma versão alterada e resumida de Ferrari Filho (2017).

Introdução

Entre 1999 e 2016 o PIB brasileiro apresentou um comportamento à la stop-and-go e cresceu, em média, 2,3% ao ano, muito abaixo dos crescimentos médios do PIB mundial e das economias emergentes, respectivamente, 3,8% e 5,7% ao ano1. Por sua vez, ao longo do mesmo período, a inflação media anual foi da ordem de 6,8%2, relativamente alta para um país que adota o RMI.

O PIB brasileiro cresceu, em média, 2,3% ao ano, muito abaixo dos crescimentos médios do PIB mundial e das economias emergentes

Vários fatores podem explicar o risível desempenho da atividade econômica e a inflação elevada, principalmente em relação ao target do RMI, tais como: (i) a inadequação do RMI para lidar com a inflação brasileira, uma vez que as características inflacionárias da nossa economia não são necessariamente de demanda; (ii) a baixa relação formação bruta de capital fixo/PIB3; (iii) a volatilidade e o pragmatismo das políticas monetária e fiscal, principalmente a partir de 2011; (iv) a tendência de apreciação da taxa de câmbio4; (v) os desdobramentos da crise internacional, seja do subprime, seja da zona do Euro, uma vez que estas crises, ao afetarem a dinâmica do volume de comércio mundial e contribuírem para a queda dos preços das commodities agrícolas e minerais, impactaram negativamente as exportações brasileiras; (vi) a implementação, a partir de 2009, de políticas macroeconômicas voltadas basicamente para o consumo privado que, infelizmente, a médio e longo prazos não conseguiram sustentar a dinâmica de crescimento; e (vii) os crescimentos dos desequilíbrios fiscais e da dívida pública, limitando a implementação de políticas fiscais contracíclicas.

O objetivo desse breve artigo é apresentar uma proposição de política macroeconômica para o Brasil que seja capaz de assegurar a estabilização econômica, entendida como crescimento econômico sustentável e expansão dos níveis de emprego e renda, estabilidade monetária e equilíbrios fiscal e externo. Para tanto, além desta introdução, a seção seguinte apresenta a referida proposição e a última conclui.

As políticas macroeconômicas necessárias

Visando à estabilização econômica, conforme definição anterior, a ideia é que sejam criadas as condições macroeconômicas favoráveis para a expansão da demanda agregada e, consequentemente, da renda e do emprego, a estabilização dos preços e os equilíbrios fiscal e externo.

No que diz respeito à expansão dos níveis de produto, renda e emprego, operacionalização de políticas monetária, fiscal e cambial, objetivando sinalizar expectativas otimistas para os empresários tomarem decisões de investimento – o que Keynes (1936/2007) chamou de animal spirits – são importantes para que a formação bruta de capital fixo/PIB se eleve substancialmente.

Mais especificamente:

A política monetária deve ter um duplo mandato: por um lado, ela tem que se preocupar com a inflação, quando a dinâmica inflacionária for predominantemente de excesso de demanda, e, por outro lado, ela tem que dinamizar a atividade econômica e o nível de emprego;

A política fiscal tem que ter como objetivo a expansão dos investimentos públicos, principalmente aqueles complementares aos investimentos privados, e dos programas sociais. Para tanto, alguma combinação entre juros baixos e controle sobre o gasto corrente é necessária, pois, assim sendo, o aumento do investimento público e dos gastos sociais não corrobora para uma situação de default da dívida pública. Ademais, conforme proposto por Keynes (1980), o orçamento publico poderia ser dividido como segue: orçamento ordinário relacionado às despesas correntes, que requer equilíbrio, ou, preferencialmente, superávit, e orçamento de capital, que pode apresentar, temporariamente, desequilíbrios, desde que eles viabilizem os investimentos públicos;

Taxa de câmbio competitiva é um dos fatores determinantes do crescimento econômico, em particular de economias emergentes como a brasileira. Para tanto, a implementação de um regime de câmbio flutuante administrado, visando à manutenção de uma taxa de câmbio real efetiva (TCRE) estável e competitiva, seja para assegurar a lucratividade das atividades dos bens comercializáveis, seja para evitar o pass-through de câmbio para a inflação, é desejável. Indo nessa direção, Ferrari Filho e Paula (2012) propõem a criação de um Fundo de Estabilização Cambial, no qual o Tesouro Nacional compra e vende divisas com vistas a influenciar a TCRE. Concomitantemente, a adoção de controle de capitais é fundamental para manter relativamente estávelo valor da TCRE e garantir a autonomia da política monetária.

1 Taxas medias calculadas pelo autor com base nas informações estatísticas do International Monetary Fund (IMF, 2017).

2 Taxa média calculada pelo autor baseada nas informações estatísticas do IPEADATA (2017).

3 Entre 1999 e 2016, a relação formação bruta de capital fixo/PIB foi, em média, da ordem de 17,5% ao ano. Taxa média calculada pelo autor tendo com base as informações estatísticas do IPEADATA (2017).

4 Uma análise sobre a tendência e os desdobramentos da valorização cambial brasileira pode ser encontrada em Bresser-Pereira (2013) e Nassif, Feijó e Araújo (2015).

FERNANDO FERRARI

Professor titular da UFRGS e pesquisador nível 1 do CNPq.

A combinação entre juros baixos e controle sobre o gasto corrente é necessária, pois, assim sendo, o aumento do investimento público e dos gastos sociais não corrobora para uma situação de default da dívida pública.

Em relação à estabilidade de preços, antes de tudo, é necessário se ter ciência de que, conforme argumentam Arestis, Ferrari-Filho e Paula (2011) e Modenesi e Araújo (2013), pelo fato da inflação brasileira não ser necessariamente de demanda, o RMI não tem tido sucesso para manter baixa a inflação e, principalmente, trazê-la para o taget5. Por quê? Porque, para os referidos autores, a dinâmica inflacionária brasileira está associada preponderantemente a características de cost-push, tais como desvalorizações cambiais e choques de preços públicos e administrados. Ademais, outro componente importante da atual inflação brasileira é a indexação de preços e salários, dos ativos monetário-financeiros e dos contratos de serviços em geral.

Assim sendo, o controle do processo inflacionário passa pela estabilização e, portanto, menor volatilidade da taxa de câmbio, bem como pela desindexação dos preços e salários, dos ativos monetário-financeiros – especialmente os vinculados às Letras Financeiras do Tesouro – e dos contratos de serviços, fundamental para deixarmos a memória inflacionária para trás. Ademais, cabe ressaltar que metas de crescimento do PIB nominal6 têm se caracterizado como uma estratégia alternativa ao RMI, uma vez que neste sistema a política monetária é operacionalizada pelo hiato do produto.

Para se equilibrar o setor público, contrariamente ao Novo Regime Fiscal, cujo reajuste nominal pela inflação passada dos gastos públicos correntes "engessa" a política fiscal dos cinco próximos governos, tornando inócua

5 É importante ressaltar que entre 1999 e 2016 a inflação anual ficou abaixo do *target* somente em quatro anos (2000, 2006, 2007 e 2009), bem como as metas de inflação não foram atingidas em 2001, 2002, 2003 e 2015.

6 Segundo Sumner (2014), metas de crescimento do PIB nominal levam a uma inflação razoavelmente baixa ao longo do tempo, bem como minimiza o ciclo econômico, tornando as situações econômicas de expansão e contração menos severas.

O Estado brasileiro tem que recuperar a sua capacidade de intervir na economia.

a política fiscal, o ideal é se estabelecer uma meta fiscal ajustada ao ciclo econômico. Por quê? Porque ao associar os gastos públicos correntes à dinâmica do PIB, a política fiscal passa a exercer sua função contracíclica. Concomitantemente, é fundamental a redução da taxa Selic para que o custo de rolagem da dívida pública não pressione o déficit público e tampouco infle a referida dívida.

O ideal é se estabelecer uma meta fiscal ajustada ao ciclo econômico.

Quanto ao equilíbrio do balanço de pagamentos, de maneira que o País não fique dependente de "poupança externa", além de uma TCRE, são necessárias: (i) política industrial que, por um lado, dinamize o volume de comércio exterior, através, sobretudo, do aumento da competitividade da estrutura produtiva (KUPFER, 2005) e, por outro lado, vise à atração de investimento direto estrangeiro, capaz de alterar as elasticidades-renda das exportações e das importações; e (ii) política tarifária ativa e instrumentos não tarifários, tais como políticas de crédito e financiamento, para que a política industrial reestruture as exportações e substitua as importações.

À GUISA DE CONCLUSÃO

A proposição apresentada na seção anterior mostra que a estabilização da economia brasileira depende da adoção de um mix de políticas macroeconômicas que seja capaz de criar um ambiente institucional favorável às decisões de gastos de investimento.

A implementação, todavia, de um conjunto de políticas macroeconômicas na direção sugerida somente é possível se houver a redefinição do papel do Estado na economia brasileira, através da reconstrução dos seus mecanismos de planejador, regulador e indutor da atividade econômica, desmontados ao longo dos anos 1990 e, mais recentemente, no governo Temer. Em outras palavras, o Estado brasileiro tem que recuperar a sua capacidade de intervir na economia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ARESTIS, P.; FERRARI-FILHO, F.; PAULA, L. F. (2011). Inflation targeting in Brazil. International Review of Applied Economics, v.25, n.2, pp. 127-148.
- BREESER-PEREIRA, L.C. (2013). The value of the exchange rate and the Dutch disease. Revista de Economia Política, v.33, n.3(133), pp.371-387, julho-agosto-setembro.
- FERRARIFILHO, F. (2017). Como reverter a situação econômica? Estudos Avançados, v.31, n.89, pp.67-73.
- FERRARI FILHO, F.; PAULA, L.F. (2012). Avaliação do regime cambial brasileiro pós-1999: análise crítica e prospectiva. In: OREIRO, J.L.; PAULA, L.F.; BASÍLIO, F. (orgs.). Macroeconomia do Desenvolvimento: ensaios sobre restrição externa, financiamento e política macroeconômica. Recife: Editora da UFPE, pp. 317-354.
- INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF) (2017). Data and Statistics. http://www.imf.org, acessado em 6/6/2017.
- IPEADATA (2017). Séries Históricas. http://www.ipeadata.gov.br, acessado em 6/6/2017.
- KEYNES, J.M. (1980). Activities 1940-1946: Shaping the Post-War world – employment and commodities(The Collected Writings of John Maynard Keynes, XXVII). London: Macmillan.
- _____. (1936/2007). The General Theory of Employment, Interest and Money. London: Palgrave Macmillan.
- KUPFER, D. (2005). Política industrial, infraestrutura e inovação. In: CAVALCANTI, B.; RUEDIGER, M.; SOBREIRA, R. (orgs.) (2005). Desenvolvimento e Construção Nacional: política econômica. Rio de Janeiro: FGV; Konrad Adenauer, pp.129-144.
- MODENESI, A.; ARAÚJO, E. C. (2013). Price stability under inflation targeting in Brazil: an empirical analysis of the monetary policy transmission mechanism based on a VAR model (2000-2008). Investigación Económica, v.LXXII, n.283, pp. 99-133.
- NASSIF, A.; FEIJÓ, C.; ARAÚJO, E. (2015). Overvaluation trend of the Brazilian currency in the 2000s: empirical estimation. Revista de Economia Política, v.35, n.1(138), pp.3-27, janeiro-fevereiro-março.
- SUMNER, S.B. (2014). Nominal GDP targeting: a simple rule to improve Fed performance. Cato Journal, v.34, n.2, pp. 315-337, Spring-Summer.

Artigo
Rosa Maria Marques

UMA PREVIDÊNCIA SOCIAL PARA POUCOS

Por Rosa Maria Marques

Em dezembro de 2016, o executivo encaminhou projeto de reforma da Previdência Social brasileira para ser apreciado pelo Congresso Nacional. Trata-se da mais radical proposta até então apresentada. Seu conteúdo, além de alterar substantivamente o critério de acesso à aposentadoria e tender a diminuir o valor médio do benefício, aprofunda o traço excludente da atual proteção e reforça sua característica de seguro, fundado no critério da meritocracia. Este pequeno texto tem como objetivo apontar alguns aspectos dessa questão.

1. A EXCLUSÃO ESTRUTURAL DO SISTEMA

Apesar de todos os avanços propiciados pela Constituição de 1988, inscrita no bojo do processo de redemocratização do país e resultado do pacto realizado pelos principais representantes das classes dominantes e setores da chamada sociedade civil, a Previdência Social brasileira[1] sempre foi excludente, não constituindo um canal pleno de distribuição de renda e justiça social. Isso se deve à opção feita, desde sua origem, do fundamento sobre o qual se estruturou: o trabalho e não a cidadania, o que engendrou um sistema meritocrático (só tem acesso a seus benefícios quem previamente tiver contribuído) e não de direitos derivados da cidadania, tal como foi conformado em alguns países europeus.

A Previdência Social brasileira sempre foi excludente, não constituindo um canal pleno de distribuição de renda e justiça social

Esse critério de acesso, somado às características do mercado de trabalho brasileiro, condenou à exclusão de sua cobertura parcela importante dos trabalhadores que, somente em determinadas situações, podem contar com o apoio da assistência social no momento da velhice. Essa parcela de trabalhadores não é nada desprezível, chegando, em seus piores momentos, a representar a maioria re-

1 Nesse pequeno texto, estamos falando do Regime Geral da Previdência Social (RPSP), voltado aos trabalhadores do mercado formal do setor privado da economia.

ROSA MARIA MARQUES

Rosa Maria Marques, professora titular do Departamento de Economia e do Programa de Estudos Pós-graduados em Economia Política da PUCSP e ex-presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP) e ex-presidente da Associação Brasileira de Economia da Saúde (ABrES)

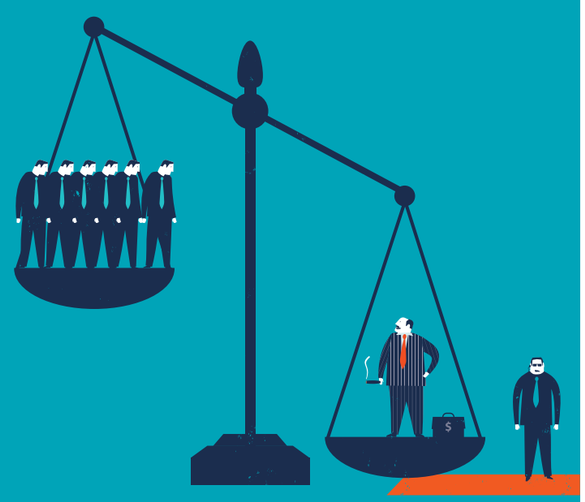
lativa dos ocupados. Estamos falando dos trabalhadores do mercado informal do trabalho, que não têm direitos trabalhistas e previdenciários garantidos. Estamos falando daquele traço do mercado de trabalho que sempre nos uniu aos demais países da América Latina, muito embora avanços no campo social e trabalhista tenham sido observados em vários momentos de nossa história, em particular no processo de redemocratização do país.

Era um equívoco imaginar que fosse possível incorporar os trabalhadores informais ao mercado formal, de modo que, em algum momento, todos estariam cobertos pela Previdência Social, a partir do contínuo crescimento da economia e da ação do Estado com relação à fiscalização das relações de trabalho, ao coibir as diferentes expressões da informalidade. Essas, mais do que constituírem relações de trabalho não alcançadas pelas leis e regulamentações trabalhistas e previdenciárias, são testemunhos estruturais do modo como a nação foi instituída, fundada em extrema exploração da força de trabalho e na relação dependente ao centro do capitalismo mundial.

Assim, quando estamos falando de contrarreforma da Previdência Social, estamos nos referindo à proteção engendrada que protege, mal ou bem, apenas uma parcela dos trabalhadores brasileiros. Em nenhum momento de nossa história, houve iniciativas no sentido da ruptura com a sua lógica estruturante.

Em que pese essa constatação das limitações de nossa Previdência Social, é sabido de todos que a Constituição de 1988 e as Leis que a complementam em matéria previdenciária ampliaram a cobertura para além do critério meritocrático e estabeleceram mecanismos importantes de justiça social. Estamos nos referindo ao pleno reconhecimento da especificidade do trabalhador rural e demais trabalhos assemelhados, de modo a garantir aposentadoria sem prévia contribuição; e a introdução do piso dos benefícios de valor igual ao salário mínimo. Não por acaso, a conformação dessa inserção ampla dos trabalhadores rurais na cobertura previdenciária recebeu críticas desde sempre, sendo identificada como uma das razões de eventuais desequilíbrios financeiros do RGPS. Na verdade, ela constituiu uma quebra do princípio da meritocracia e, por isso, mesmo, incomodava (e incomoda) aqueles que pensam a Previdência Social como um seguro e não um direito. Também não por acaso, esse é um dos pontos "contemplados" na proposta de contrarreforma encaminhada pelo executivo em dezembro de 2016: tornar a inserção dos rurais fundamentada em prévia contribuição.

A proteção engendrada da Previdência Social protege, mal ou bem, apenas uma parcela dos trabalhadores brasileiros



A inserção dos trabalhadores rurais na cobertura previdenciária quebra o princípio da meritocracia e incomoda aqueles que pensam a Previdência Social como um seguro e não um direito

Na verdade, a origem da extensão da cobertura aos rurais está nos anos 1970. A Previdência Social brasileira, inicialmente organizada a partir das categorias urbanas dos trabalhadores mais organizados, quando instituída nacionalmente, nos anos 1970, em plena ditadura militar, ampliou sua cobertura a todos os trabalhadores do mercado formal, incluindo, ainda, os jogadores de futebol profissional, os trabalhadores autônomos, a empregada doméstica e o trabalhador rural, além de instituir novos benefícios, tais como o salário família e o salário maternidade. A inclusão dos trabalhadores rurais, cujos benefícios e valores eram limitados, não se equiparando aos urbanos, não foi acompanhada da exigência de prévia contribuição, implicando, portanto, já numa ruptura, mesmo que limitada, da lógica meritocrática sob a qual se fundamenta a Previdência Social brasileira. Esse aspecto é interessante de ser salientado porque, em geral, a mídia e os defensores da contrarreforma previdenciária associam a não contribuição dos rurais à Constituição de 1988. Na verdade, a origem desse tratamento já estava contemplada quando da criação do Instituto Nacional da Previdência Social (INPS). O que os constituintes fizeram foi garantir que os trabalhadores rurais tivessem direito aos mesmos benefícios que os urbanos, isto é, cobertura dos mesmos riscos sociais.

Vários são os aspectos considerados na proposta de contrarreforma de Temer que merecem destaque e análise. Contudo, no espaço deste pequeno artigo, não é possível desenvolvê-los. Por isso, destacamos tão somente aquilo que, no nosso entender, aprofunda o traço excludente da Previdência Social brasileira e reforça o critério de acesso meritocrático. Trata-se do aumento do tempo de contribuição exigido.

2. A proposta de Temer e o aumento da exclusão

O nível de exclusão, estruturalmente decorrente da forma de inserção dos trabalhadores prevista na organização da Previdência Social brasileira, na medida em que essa é consubstanciada na contribuição dos empregadores e na dos trabalhadores (descontada dos salários e operacionalmente pagas pelo empregador), tenderá a aumentar caso a proposta de reforma encaminhada pelo governo seja implantada. Isso porque a parcela dos trabalhadores do mercado formal não terão condições de se aposentar, pois não terão como preencher uma das condições de acesso prevista, o tempo de contribuição.

O nível de exclusão tenderá a aumentar caso a proposta seja implantada

O tempo mínimo de contribuição incluso no projeto encaminhado passa de 15 para 25 anos (somado à idade de 65 anos). Considerando que a trajetória de parte do trabalhador brasileiro do mercado formal é muitas vezes interrompida pelo desemprego e pela ocupação informal, o cumprimento de 25 anos de contribuição exigirá muito mais tempo para ser comprovado, o que inviabilizará a aposentadoria de muitos. Esse caso é ainda mais agravado para as mulheres, pois, com relação aos homens, são mais sujeitas a ficarem desempregadas e a exercerem atividades precárias (DIEESE, 2017). Segundo Mostafa e Theodoro (2017), além das mulheres, serão os negros e os menos qualificados os mais afetados caso seja aprovado o aumento do tempo mínimo para 25 anos. A partir da realidade dos benefícios concedidos a título de aposentadoria urbana, para 2014, os dados a que chegam esses pesquisadores são assustadores:

Em suma, o perfil contributivo dos aposentados de 2014 permite estimar que, passado o tempo de transição, entre 35,5% e 40,6% dos futuros aposentados do meio urbano muito provavelmente não conseguirão cumprir a carência de 25 anos para ter acesso à aposentadoria. Esse percentual é maior entre as mulheres, e está entre 45,6% e 56,2% (Op. cit, p. 11).

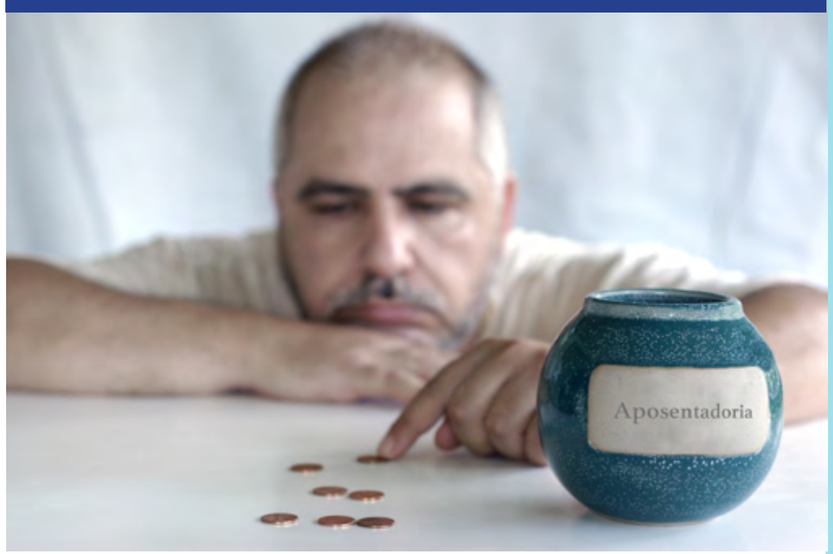
Para completar a situação de aumento de exclusão a que estarão expostos os trabalhadores, há que se considerar que esses segmentos também não encontrarão guarida junto à Assistência Social, posto que não preenchem o quesito renda familiar (renda *per capita* inferior a 25% do salário mínimo). Esses, portanto, não terão nenhum tipo de cobertura, seja da Previdência ou da Assistência.

Assim, o resultado da aplicação do aumento do tempo mínimo de contribuição, de 15 para 25 anos, será tornar a Previdência Social brasileira ainda mais excludente. Como sabido, em 03/05/2017, o texto do relator Arthur Oliveira Maia foi aprovado na Comissão Especial, por 23 a 14. E, sobre esse ponto, a proposta original não sofreu alteração.

E os autores concluem:

Deriva dessa análise que aumentar o requisito de carência para acesso à aposentadoria por idade não provocará, como por um passe de mágica, uma adesão dos contribuintes à nova regra, **porque não se trata de uma escolha,** nem mesmo para os contribuintes autônomos ou facultativos. Exigir maior tempo de contribuição para a previdência exige também mais e melhores empregos, melhores salários e mais escolaridade, sob pena de barrar o acesso dos trabalhadores em situação precarizada à proteção social na velhice (Op. cit, p. 22; grifo nosso).

O cumprimento de 25 anos de contribuição inviabilizará a aposentadoria de quem enfrentou desemprego ou passou pela ocupação informal.



Referências bibliográficas:

- DIESSE - Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Econômicas. As mulheres na mira da Previdência Social. Nota Técnica, nº 171, março de 2017. São Paulo, Dieese, 2017.
- MOSTAFA, Joana e THEORODO, Mário. (Des) Proteção Social: impactos da Reforma da Previdência no contexto urbano. Boletim Legislativo, Núcleo de Estudos e Pesquisa da Consultoria Legislativa, junho de 2017. Acessível em https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/boletins-legislativos/bol65. Acesso em 16/06/2017.

XXXII Congresso da ANGE

Por Prof. Eduardo Rodrigues da Silva*

De 4 a 6/10, a ANGE - Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Ciências Econômicas, em parceria com o Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e a Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense – UFF, realizará o seu XXXII Congresso na cidade do Rio de Janeiro, com o tema "DESINTERDITANDO O DEBATE: Uma Visão Plural do Ensino de Economia no Brasil". Pretende-se realizar discussões sobre os temas fundamentais da formação dos economistas e apreciações da economia contemporânea. Esse Congresso terá por objetivo promover o debate com coordenadores de cursos, docentes, profissionais, estudantes e demais interessados na formação dos economistas. Apresentamos a programação e contamos com a presença de todos aqueles interessados no ensino de economia no Brasil.

DESINTERDITANDO O DEBATE: Uma Visão Plural do Ensino de Economia no Brasil
Confira a Programação!

Período / Dia	Quarta-Feira 04/10/2017	Quinta-Feira 05/10/2017	Sexta-Feira 06/10/2017
Manhã	**MINI-CURSO 1** (9h30 -12h30) Financeirização e política social	**SESSÃO DE CONTEÚDO 1** (9h00 -10h30) Ciência Econômica para além da economia: a importância da Interdisciplinaridade **SESSÃO DE CONTEÚDO 2** (10h45 -12h15) Ensino de Economia Política	**SESSÃO DE COORDENADORES** (*) (9h00 -12h15) Relato de experiências
Almoço			
Tarde	**MINI-CURSO 2** (14h00 -17h00) Mercado de Trabalho e Desenvolvimento	**SESSÃO DE CONTEÚDO 3** (14h00 -15h30) Economia do Setor Público: Finanças subnacionais	**ASSEMBLEIA GERAL da ANGE** (14h00 -16h00)
		SESSÃO DE CONTEÚDO 4 (15h45 -17h15) Teoria Econômica	**SESSÃO ESPECIAL 3** (16h30 -19h00) Desinterditando o debate sobre a Economia Global
	Coffee break (17h30 -18h00)	**Coffee break** (17h30 -18h00)	
Noite	**SESSÃO DE ABERTURA.** (18h00 – 19h00) Homenagem da ANGE aos professores do IE-UFRJ	**SESSÃO ESPECIAL 2** (18h00 – 20h30) Desinterditando o debate sobre Pensamento Econômico	
	SESSÃO ESPECIAL 1 (19h00 -21h30) Desinterditando o debate sobre Economia Brasileira	**COQUETEL** (20h30)	

*Presidente da ANGE

ENECO REUNIU CENTENAS DE ESTUDANTES EM GOIÁS

PRÓXIMO EVENTO SERÁ EM BRASÍLIA

Novos membro da Feneco, eleitos para a gestão 2017/2018.

O XLIII Encontro Nacional de Estudantes de Economia foi um sucesso acadêmico, trazendo expoentes nacionais das mais diversas vertentes e posicionamentos políticos. Não bastasse a riqueza acadêmica do evento, ainda houve diversas atividades voltadas à atividade mercadológica, inclusive deixando claro aos congressistas a grande importância da união de classe para o fortalecimento da profissão de economista.

O principal tema abordado no evento foi o futuro do país e quais as medidas e soluções para todos os problemas que vivenciamos hoje, tema que resultou em debates riquíssimos e muito proveitosos, com uma pluralidade de culturas e opiniões inimaginável.

A abertura do evento, em 16 de julho, teve a presença do presidente do Cofecon, Júlio Miragaya, e a palestra magna foi proferida pelo economista Otaviano Canuto, diretor executivo do Banco Mundial.

Além das tradicionais discussões econômicas, o 43º ENECO trouxe uma inovação: O Dia da Desconstrução, quando foram discutidas diversas problemáticas de nossa sociedade contemporânea, desde a violência doméstica até os preconceitos de gêneros e étnicos. Este dia veio para ficar na história: com a abordagem acadêmica e acessível ao público externo, o ENECO conseguiu atingir não somente os estudantes de Economia, mas também todos os estudantes da UFG, além dos moradores dos arredores da Universidade, trazendo de maneira efetiva o entendimento de que discussões sociais fazem parte da economia e, principalmente, que o profissional da área econômica é essencial para promoção de um país mais equilibrado economicamente e socialmente.

Em 2018, o evento se deslocará apenas 209 km para o leste de nosso país: a próxima universidade a sediar o Encontro será a Universidade de Brasília (UnB). Com a reputação que dispensa qualquer comentário, o 44º ENECO será potencializado pela grande atratividade da cidade de Brasília, além da já conhecida hospitalidade da UnB.

A Federação Nacional de Estudantes de Economia e a Comissão Organizadora do XLIII ENECO só têm a agradecer em relação ao estreitamento das relações com o Conselho Federal de Economia, entidade que sempre apoiou a realização do maior evento que reúne estudantes de Economia, ou melhor, o futuro do Conselho. O sucesso de todos depende dessa união.

Essa estreita relação entre o Conselho e os estudantes de Economia com toda certeza perdurará por todas as transições e por todos os Encontros Nacionais de Estudantes de Economia, tornando-se cada vez mais forte, trazendo inclusive cada vez mais reconhecimento dessa profissão tão importante para o futuro do Brasil.

#DESAFIO ENVOLVE CENTENAS DE ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO

A segunda edição do Desafio Quero Ser Economista contou com a participação de 350 estudantes de 22 estados mais o Distrito Federal. O #Desafio é um jogo online voltado para alunos de Ensino Médio de todo o Brasil com o objetivo de apresentar a área da economia de uma forma dinâmica e esclarecer a atuação do profissional economista no mercado de trabalho. Tudo isso de uma forma divertida, por meio de enigmas, vídeos interativos e desafiadoras "missões".

Durante a competição, os desafios diários incentivaram os estudantes a aprender diversos conceitos da economia, escolas de pensamento econômico e possibilidades de atuação profissional. O jogo buscou desmistificar a profissão e derrubar estigmas que o curso de Ciências Econômicas carrega.

O Ensino Médio é a fase em que geralmente os estudantes estão analisando as diversas opções de carreira. Para a conselheira federal e coordenadora da Comissão de Educação do Cofecon, Denise Kassama, o projeto do #Desafio ajuda os estudantes a olharem para a profissão como uma alternativa viável e interessante. "O #Desafio nasceu com o propósito de esclarecer o que faz o economista e temos notado que ele tem tido sucesso nesse objetivo. Os conceitos, as funções e a própria área da economia infelizmente são distantes da realidade da maioria dos jovens. Com os desafios, eles começam a entender a área de uma forma diferente, eles passam a perceber que tudo gira em torno da economia e que ela é algo muito próximo e presente na vida de todos", analisa Denise.

O #Desafio nasceu com o propósito de esclarecer o que faz o economista e temos notado que ele tem tido sucesso nesse objetivo

A competição lançou desafios diários aos participantes durante três semanas. Na última "missão" do jogo, os estudantes enviaram vídeos de aproximadamente um minuto falando sobre o porquê querem ser economistas. Os vídeos foram postados na página www.facebook.com/querosereconomista e, em seguida, foi aberta uma

votação pública no site do #Desafio, fase que fez os participantes se mobilizarem para divulgar seus vídeos. Ao final dessa etapa, os dez estudantes com mais pontos – somando os votos e os pontos conquistados nos demais desafios – tiveram seus vídeos avaliados pela Comissão Julgadora, que definiu a classificação final dos dez primeiros colocados.

Além de conhecerem melhor o campo da economia, os participantes do #Desafio concorreram a ótimos prêmios. Os três melhores colocados foram premiados com um notebook, um smartphone e um tablet, respectivamente.

A paulista Lídice França foi a grande campeã do Desafio Quero Ser Economista 2017. Lídice é aluna do 2º ano do Ensino Médio e tem no curso de Ciências Econômicas sua primeira opção para ingressar no Ensino Superior. Segundo ela, o Desafio Quero Ser Economista, do qual participou pela segunda vez, a ajudou na escolha da sua futura profissão. "Para mim foi uma experiência única. Adquiri muitos conhecimentos e informações que agora consigo perceber a diferença que fazem no meu dia-a--dia, passei a ter um olhar diferente sobre a economia. O desafio foi extremamente proveitoso, me motivou muito a buscar esclarecimentos sobre o curso e a profissão. Descobri que a área da economia vai muito além de números, porcentagens, contas, como eu imaginava. É uma área ampla que envolve diversos campos de conhecimento. Entendi que ser economista é uma forma de poder contribuir para uma sociedade melhor", reflete Lídice.

O vice-campeão do #Desafio foi o mineiro Felipe Guimarães, que cursa atualmente o último ano do Ensino Médio. Em seu vídeo, Felipe afirmou que sua intenção de cursar Ciências Econômicas surgiu pelo fato do curso possibilitar o estudo de disciplinas sociais, como história e economia política, e disciplinas exatas, como estatística e matemática.

Giulia Santos, do primeiro ano, ficou em terceiro lugar. O vídeo que ela apresentou na última "missão" abordou a economia de uma forma muito criativa. A estudante fez uma paródia da música "Paradinha", de Anitta. "Sou uma ciência que estuda a distribuição e a acumulação. Os gastos eu vou moderando e a produção eu quero ver bombando", dizia trecho da reprodução.

Além do interesse pela economia e do ótimo desempenho no jogo, a primeira e a terceira colocadas do #Desafio têm algo em comum: ambas são estudantes do Colégio França, de Praia Grande, litoral de São Paulo. No último ano, a escola já havia tido grande destaque na competição, com quatro estudantes entre os dez primeiros colocados. O diferencial está no trabalho em equipe: o colégio monta um grupo colaborativo com alunos e professores. Todos trabalham juntos pelo sucesso dos estudantes da escola. O grupo realiza pesquisas e estudos na hora de responder aos desafios e organizam uma grande mobilização na hora de conseguir os votos da etapa final do jogo.

Os três melhores colocados no #Desafio foram premiados com um notebook, um smartphone e um tablet, respectivamente. A paulista Lídice França, de Praia Grande, litoral de São Paulo, ficou com o 1º lugar desta edição.

Sistema Cofecon/ Corecons se aproxima de estudantes de Ensino Médio

O Sistema representativo da classe dos economistas tem buscado formas de se aproximar dos estudantes de nível médio e estabelecer uma comunicação mais eficiente com esse público. A página "Quero ser economista", no Facebook, que fica ativa durante todo o ano, com conteúdos pertinentes à área da economia, e o próprio Desafio Quero Ser Economista surgiram da necessidade de informar melhor os adolescentes sobre as perspectivas profissionais da área da economia.

Para divulgar o projeto do #Desafio, diversos Corecons visitaram escolas de Ensino Médio ao longo do primeiro semestre e realizaram palestras para os estudantes, falando não somente do jogo, mas também sobre a área e o mercado de trabalho dos economistas.

Diversos Corecons visitaram escolas de Ensino Médio no primeiro semestre e realizaram palestras sobre a o mercado de trabalho dos economistas

Com o propósito de informar melhor os jovens sobre o campo da economia, o Corecon-ES colocou em ação o "Corecon nas Escolas", um projeto contínuo pelo qual os conselheiros regionais visitam colégios de todo o estado para passar, de uma forma leve e dinâmica, informações vitais sobre a profissão. "Queremos aproximar a nossa profissão dos adolescentes. Notamos que esse público tem pouco conhecimento sobre a nossa área. É comum encontrarmos jovens que não sabem a diferença entre o papel do economista, do administrador e do contador. Como as outras carreiras são mais conhecidas, quem tem algum interesse acaba optando pelas outras profissões. A nossa intenção é esclarecer o que faz um economista e a importância que esse profissional tem para a sociedade. Temos sentido que os adolescentes têm muita curiosidade sobre a economia, eles querem entender o que acontece no Brasil, o porquê das crises... o nosso bate-papo faz com que eles enxerguem a economia de uma outra forma", explicou Ricardo Paixão, conselheiro regional do Corecon-ES e um dos envolvidos no projeto.

ELEIÇÕES 2017: VOTAÇÃO ELETRÔNICA OCORRERÁ EM TODO O PAIS

Nos últimos anos, o Conselho Federal de Economia tem passado por um processo de modernização com foco em melhorias, o que impactou não só a estrutura física da autarquia, com nova sede inaugurada em 2015, mas também a própria forma de funcionamento do Cofecon e os projetos desenvolvidos. Um dos marcos nessa fase é a realização das eleições pela internet, com início em 2015, para eleger um terço dos conselheiros efetivos e suplentes dos Conselhos Regionais de Economia, além de delegados eleitores, efetivo e suplente.

No ano em que as eleições pela internet foram implantadas, nem todos os Corecons aderiram à ideia e alguns permaneceram realizando o processo por meio de correspondência ou votação em cédula de papel. A partir de 2016 a adesão dos Regionais tornou-se obrigatória e, ao todo, 7.764 profissionais exerceram o direito ao voto. Neste ano, à exceção de Rio de Janeiro e São Paulo, que deverão utilizar sistema eletrônico próprio para realizar as eleições on-line, economistas de todos os estados votam por meio do site www.votaeconomista.org.br

7.764 profissionais exerceram o direito ao voto em seus regionais a partir de 2016

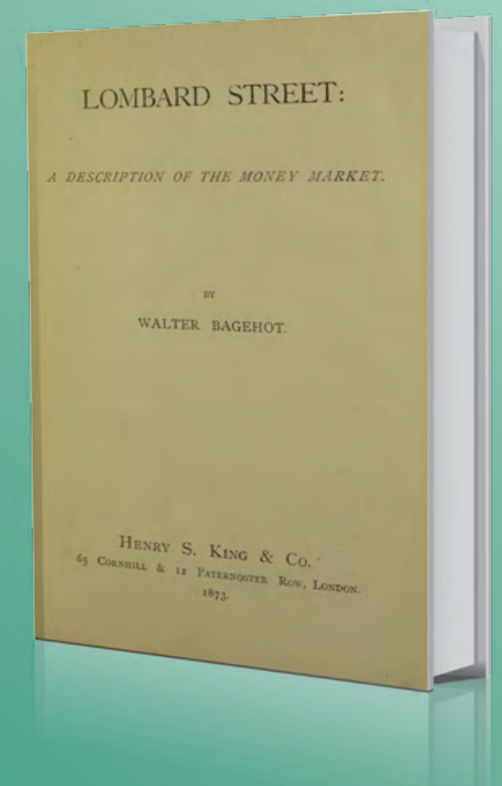
É importante reforçar que o processo é seguro, auditado pela empresa The Perfect Link. "Nós prezamos pela segurança, esse é o ponto forte do nosso sistema, desenvolvido pela empresa Scytl. Para isso, não abrimos mão de auditoria externa independente. "Deixamos claro que os Corecons que quisessem realizar as eleições em um sistema eletrônico diferente do nosso, casos de São Paulo e do Rio de Janeiro, deveriam cumprir uma série de requisitos, para não quebrar esse cuidado que temos com a segurança da eleição", afirmou o economista conselheiro federal Paulo Ponzini, coordenador do Grupo de Trabalho Voto Eletrônico. Para o conselheiro, o Cofecon procurou atender, com esse projeto, a um pedido dos economistas do Brasil inteiro, porque facilita a participação. "Aos poucos, vemos que as pessoas têm se interessado mais em escolher os seus representantes no Sistema Cofecon/Corecons".

O sistema de votação tem sido aperfeiçoado a cada edição. "Estamos aperfeiçoando os procedimentos a partir das experiências que tivemos nos anos anteriores. Uma das melhorias que implementamos para este ano é que, quando o eleitor receber via correspondência a sua senha provisória de votação, também terá acesso a composição das chapas inscritas e plano de trabalho resumido. Antes, essas informações só estavam disponíveis no portal de votação", explica a superintendente em exercício do Cofecon, Aline Tales, que participa do Grupo de Trabalho como interface na autarquia desde a primeira edição.

O processo eleitoral ocorrerá das 8h do dia 30 de outubro às 20h do dia 31 de outubro, horário de Brasília. Para votar, o economista deve estar quite com as obrigações perante aos Corecons e com o cadastro profissional atualizado. Como forma de facilitar a atualização cadastral, foi criado formulário on-line que pode ser acessado no site do Cofecon – www.cofecon.gov.br

LOMBARD STREET: A DESCRIPTION OF THE MONEY MARKET DE WALTER BAGEHOT

Por Roberto Luís Troster



Editora: Henry S. King & Co.
Edição: Primeira | Ano: 1873 | Idioma: Inglês
Número de páginas: 359 páginas

Um livro publicado em 1873 é surpreendentemente contemporâneo para entender a dinâmica da crise que o Brasil está acabando de atravessar. O título é nome de uma Rua de Londres que era o centro econômico do planeta na segunda metade do século XIX e o epicentro das crises mundiais de 1857 e 1866, dois pânicos bancários que guardam paralelos com os de 1932 e 2008. É possível encontrar muitas edições em inglês e espanhol, além de download grátis na internet.

O porquê da escolha do nome está em seu primeiro parágrafo e mostra o estilo do autor: "*Decidi chamar este trabalho de "Lombard Street" ao invés de 'O mercado monetário', ou algo parecido, porque quero deixar claro que quero abordar realidades concretas*." Critica dessa forma a tendência de rebuscar as explicações de temas financeiros e usa linguagem comum combinando aspectos técnicos e humanos da atividade bancária.

Apesar da descrição coloquial, não é simplista. O autor conhecia bem o tema e era um intelectual gabaritado que debatia de igual para igual com os grandes economistas da época, e fez contribuições importantes, como a criação da letra financeira como instrumento de política monetária e as prescrições sobre a atuação do banco central que ainda fazem parte do instrumental básico da autoridade monetária.

Filho de um banqueiro e com formação acadêmica primorosa, tinha um conhecimento apurado da realidade e uma comunicação cativante. Deixou sua marca na história das idéias. Foi o segundo editor da revista *The Economist* que ainda tem a coluna Bagehot em sua homenagem.

Lombard Street foi publicado pela primeira vez em 1873 e já no primeiro ano teve três reimpressões, mais de vinte no século XIX e muitas outras no século XX, sendo a última de dezembro de 2015. Os temas abordados, como crise bancária, liquidez e

oferta e custo de crédito ainda são centrais na atualidade.

Ainda que a mecânica do mercado financeiro tenha evoluído, os fundamentos técnicos e sociais ainda são os mesmos. Algumas das análises são válidas, como há cento e quarenta e quatro anos.

A atual concepção do sistema bancário é predominantemente percebida como uma questão legal e técnica, onde os advogados e engenheiros têm a supremacia. Bagehot mostra fragilidades nessa visão. Em suas palavras, "*crédito nos negócios é como lealdade no governo. Você deve usar o que tem disponível, e trabalhar com isso, se for possível... Argumentos de efeito para convencer as pessoas as quais se precisa convencer são fracos.*" Ou seja, um sistema de crédito existe porque ingleses e estrangeiros acreditam nele.

A percepção da realidade e a tradição têm para Bagehot um papel importante para explicar o funcionamento das instituições. Ilustrativo desse ponto, no Brasil de 2017, é um "fechado" dado pessoalmente, que apesar de não ter valor legal é aceito para selar operações de dezenas de milhões de Reais.

Para Bagehot a origem das crises estava nos períodos de bonança. Descreve que nos bons tempos é que os excessos acontecem, quando as instituições são tentadas a acompanhar as demais nas altas de preços e em margens abusivas, que acabam fragilizando os tomadores. Poder-se-ia contrapor ao ditado do banqueiro brasileiro, José Ferraz, que dizia: "Colha os ovos, não mate a galinha". É o exagero que acaba limitando o potencial dos bancos. É incrível, mas é o que observamos hoje no Brasil.

Nos bons tempos é que os excessos acontecem, quando as instituições são tentadas a acompanhar as demais nas altas de preços e em margens abusivas

Sobre fraudes e esquemas, Bagehot explicou como as pessoas ficam mais crédulas quando estão felizes, e quando ganham muito ficam mais, e é a oportunidade para os aproveitadores. O caso Madoff e outras pirâmides financeiras que desmoronaram nos últimos anos ilustram o ponto.

A base de um regime de crédito é intrinsecamente fraca. A etimologia da palavra é *credere, ou* acreditar. Toda a estrutura financeira está amarrada na confiança que os agentes têm nela e quando se enfraquece, por qualquer motivo acidental, é que sua fragilidade é exposta. O bom tempo estraga os bancos.

O sistema bancário brasileiro apresenta sintomas graves e o debate bancário está "Copomizado", focado nas reuniões do Copom que determinam a Selic (a taxa de juros interbancária do *overnight*), onde as decisões são acompanhadas nos mínimos detalhes pela imprensa e o público. As demais questões como estagnação do crédito, a volatilidade do mercado e as taxas superando os 300% ao ano são deixadas de lado, administradas com improvisos; leia-se: mais remendos numa colcha de retalhos velha.

Uma reflexão usando como pano de fundo a leitura de Lombard Street seria um passo importante para a construção de uma intermediação financeira sintonizada com os interesses do Brasil.

Há mais motivos para ler o livro. As características humanas descritas em Lombard Street: reações, sentimentos, fundamentos de decisões e busca de prestígio e credibilidade serviriam para explicar o comportamento da Avenida Faria Lima hoje. As reações à crise das autoridades na época guardam paralelos com o que está acontecendo aqui e agora no Brasil. E tem mais, é gostoso de ler.

NOVOS LIVROS

DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO EM DEBATE ORGANIZADO POR ANTÔNIO CORREA DE LACERDA

Por Antônio Correa de Lacerda

Editora: Blucher
Edição: Primeira | Ano: 2017 | Idioma: Português
Número de páginas: 168 páginas

Organizado por Antônio Correa de Lacerda, o livro *Desenvolvimento Brasileiro em Debate* discute os atuais problemas da economia brasileira, sob uma ótica crítica, a partir de uma visão heterodoxa do problema, tentando entender os motivos que levaram o país a atual situação econômica.

Este livro reflete parte das pesquisas desenvolvidas no âmbito do Grupo de Pesquisa sobre Desenvolvimento Econômico e Política Econômica, do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração, Contábeis e Atuariais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (FEA-PUC-SP) e do Programa de Estudos Pós-graduados em Economia Política. Sua publicação contou com apoio do Plano de Incentivo a Pesquisa (PIPEq), da PUC-SP. Organizado em oito capítulos que se completam, o objetivo é espelhar uma radiografia da realidade econômica brasileira a partir das pesquisas realizadas.

O primeiro capítulo, "A crise financeira internacional do *subprime* e seus impactos", de André Paiva Ramos, analisa os principais fatores que resultaram na crise, seus desdobramentos a nível internacional e as principais medidas econômicas adotadas por alguns países para combater os impactos negativos dessa crise.

O segundo capítulo, "Desindustrialização abismo abaixo: dependência cambial e abandono das políticas de competitividade no Brasil", escrito por Rodrigo Hisgail Nogueira, aborda políticas econômicas implementadas nos últimos anos no Brasil, com destaque para a política cambial, que levou à perda de competitividade comprometendo o potencial industrial brasileiro e gerando efeitos negativos na industrialização no país.

O terceiro capítulo, "Ortodoxia e desenvolvimento: inflação e mito", elaborado por Rubens R. Sawaya trata, através de uma análise, com embasamento teórico, das políticas

1 A crise financeira internacional do subprime e seus impactos

2 Desindustrialização abismo abaixo: dependência cambial e abandono das políticas de competitividade no Brasil

3 Ortodoxia e desenvolvimento: inflação e mito

4 O regime de metas de inflação: uma crítica a partir da visão heterodoxa

5 Altas taxas de juros reduzem a taxa de inflação? Revisitando Wicksell com uma perspectiva da economia clássica e estruturalista

6 Brasil: a hora da verdade na busca do desenvolvimento

7 Crise e ação externa: política externa e política econômica externa em debate

8 Evolução do empenho inovativo das ETS no Brasil ao longo dos anos 2000

ortodoxas anti-inflacionárias como fator de impedimento a adoção tanto de estratégias de crescimento como de desenvolvimento.

O quarto capítulo, "O regime de metas de inflação: uma crítica a partir da visão heterodoxa", escrito por André Luís Campedelli, aborda críticas estruturais do regime de metas de inflação com base na visão heterodoxa, partindo do embasamento teórico desse regime e de um breve histórico do caso brasileiro.

O quinto capítulo, "Altas taxas de juros reduzem a taxa de inflação? Revisitando Wicksell com uma perspectiva da economia clássica e estruturalista", elaborado por Luiz de Moraes Niemeyer, aborda um estudo de como diferentes teorias econômicas analisam o impacto das taxas de juros no controle da inflação.

Na sequência, o sexto capítulo, "Brasil: a hora da verdade na busca do desenvolvimento", escrito por Norma Cristina Brasil Casseb e por Marcia Flaire Pedroza apresenta um breve histórico acerca da economia política industrial brasileira e aborda o debate atual sobre a estrutura produtiva brasileira e o processo de desindustrialização.

O sétimo capítulo, "Crise e ação externa: política externa e política econômica externa em debate", de Joaquim C. Racy, propõe uma reflexão sobre a política externa brasileira, a partir da teoria de economia política internacional, visando a analise da ação externa recente do país e suas consequências e discutir as alternativas para a questão em pauta.

O oitavo e ultimo capítulo, "Evolução do empenho inovativo das ETS no Brasil ao longo dos anos 2000", elaborado por Liliane Cordeiro Barroso, por Lia Hasenclever e por Antônio Correa de Lacerda, objetiva identificar a contribuição do investimento direto externo (IED) para o desenvolvimento de atividades inovativas no Brasil.

A RENDA É CONCENTRADA NAS MÃOS DE POUCOS NO BRASIL. MAS QUEM PAGA MAIS TRIBUTOS SÃO OS POBRES E A CLASSE TRABALHADORA.

Já parou para pensar que ao comprar uma lata de extrato de tomate, você paga sobre este produto o mesmo imposto que as pessoas que ganham mais ou menos que você?

Esse modelo tributário taxando a produção e o consumo é injusto, pois acentua a pobreza e as diferenças sociais. Com pouca incidência sobre a renda e a riqueza, o modelo brasileiro de impostos alivia os que deveriam contribuir mais, ao mesmo tempo em que onera a classe trabalhadora.

É contra esse modelo injusto que o **Conselho Federal de Economia e a instituições integrantes** do Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social promovem sua Campanha, a partir da **mudança do modelo tributário brasileiro**. Nossa principal meta é a redução da desigualdade social no Brasil. **Participe!**

Desigualdade: isso é da sua conta.

COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

CAMPANHA PELA
REDUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL

www.cofecon.gov.br